



Relatório & Contas

2022



FICHA TÉCNICA

Designação da publicação

Relatório & Contas 2022

Infraestruturas de Cabo Verde, SA

Edição

Conselho de Administração da ICV

Março de 2023

Tipologia

Documento de Gestão

Índice

Índice	3
Siglas e abreviaturas	6
PARTE I Relatório de Gestão de 2022	7
DESTAQUES DA INFRAESTRUTURAS DE CABO VERDE (ICV) EM 2022.....	8
... e os seus números	8
1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	10
2. ORGÃOS SOCIAIS	11
3. A INFRAESTRUTURAS DE CABO VERDE, SA (ICV)	12
3.1. Modelo de governação.....	12
3.2. Missão e Valores.....	13
Missão	13
Objetivos Estratégicos.....	13
3.3. Áreas de Negócio.....	13
3.4. Estrutura orgânica	14
4. ENQUADRAMENTO MACROECONÔMICO	15
4.1. Economia Internacional.....	15
4.2. Economia Nacional.....	16
4.3. Os impactos da Guerra na Ucrânia na infraestruturação do País	19
5. PROMOÇÃO DA INFRAESTRUTURAÇÃO SUSTENTÁVEL EM 2022.....	20
5.1. Estudos	20
5.2. Projetos.....	20
Assistência Técnica	22
Revisão de Projetos	22
5.3. Concursos	23
Concurso Público	23
Concurso Restrito	24
Ajuste Direto.....	25
Recursos	26
5.4. Gestão de Contratos (Empreitadas e Fiscalizações).....	26
6. CAPITAL HUMANO	30
6.1. Desenvolvimento das Pessoas.....	30
6.2. Avaliação e Desempenho	30
6.3. Efetivos	30
6.4. Estrutura Etária.....	31

7. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS	31
8. A PERFORMANCE ECONÓMICA E FINANCEIRA	33
8.1. Resultados e Balanço.....	33
8.2. Volume de Negócios.....	35
8.3. Rendimentos Operacionais	36
8.4. Gastos Operacionais.....	36
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE).....	37
Subcontratos (FSE).....	37
Outros Fornecimentos e Serviços Externos.....	37
Gastos com Pessoal.....	38
8.5. Investimentos / amortizações	38
8.6. Estrutura Patrimonial	39
8.7. Estrutura Económico-Financeira	40
9. CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	41
10. PERSPECTIVAS FUTURAS	43
11. EVENTOS SUBSEQUENTES	44
12. OUTRAS DIVULGAÇÕES REQUERIDAS	44
13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	44
14. APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	44
15. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
16. ANEXOS.....	47
16.1. ANEXO I.....	48
16.2. ANEXO II.....	49
16.3. ANEXO III.....	51
PARTE II Demonstrações Financeiras e Notas às Contas.....	53
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	54
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021.....	54
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS.....	55
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	56
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	57
INFRAESTRUTURAS DE CABO VERDE, S.A.	58
NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.....	58
NOTA 0 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	61
NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS	61
NOTA 2 – FLUXOS DE CAIXA.....	65
NOTA 3 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	65

NOTA 4 – ATIVOS INTANGÍVEIS.....	66
NOTA 5 – CLIENTES	68
NOTA 6 – ESTADOS E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	68
NOTA 7 – OUTRAS CONTAS A RECEBER	70
NOTA 8 – DIFERIMENTOS.....	71
NOTA 9 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS.....	72
NOTA 10 – CAPITAL PRÓPRIO	72
NOTA 11 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	73
NOTA 12 – ACIONISTAS/SÓCIOS	74
NOTA 13 – OUTRAS CONTAS A PAGAR	75
NOTA 14 – VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	76
NOTA 15 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	77
NOTA 16 – GASTOS COM O PESSOAL.....	78
NOTA 17 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	79
NOTA 18 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	79
NOTA 19 – RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO	79
NOTA 20 – PARTES RELACIONADAS.....	80
NOTA 21 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DE ACRÉSCIMO.....	80
NOTA 22 – RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO	81
NOTA 23 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS.....	81
NOTA 24 – EVENTOS SUBSEQUENTES.....	82

Siglas e abreviaturas

AG	- Assembleia-geral
BAD	- Banco Africano de Desenvolvimento
CA	- Conselho de Administração
DGI	- Direção Geral das Infraestruturas
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FSST	- Fundo de Sustentabilidade Social do Turismo
IMS	- Infraestruturas Modernas e Seguras
ICV	- Infraestruturas de Cabo Verde, SA
IGF	- Inspeção Geral das Finanças
IGT	- Inspeção Geral do Trabalho
INPS	- Instituto Nacional de Previdência Social
IT	- Informação e Tecnologia
PCA	- Presidente do Conselho de Administração
PCS	- Plano de Cargos e Salário
PETI-CV	- Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas
PEDS	- Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
PIB	- Produto Interno Bruto
RH	- Recursos Humanos
SAD	- Sistema de Avaliação de Desempenho
SINFRA	- Sistema de Informação sobre Infraestruturas
UO	- Unidade Orgânica



PARTE I

Relatório de Gestão de 2022



DESTAQUES DA INFRAESTRUTURAS DE CABO VERDE (ICV) EM 2022...

JANEIRO

[Visita do VPM à sede da ICV](#)

FEVEREIRO

Comemoração dos 3 anos da ICV

Assembleia Geral para Aprovação do Relatório & Contas 2020

MARÇO

Assembleia Geral para Nomeação de Novo Administrador Executivo e novos Membros da AG

Subscrição das obrigações PRRA_O

ABRIL

Inicio de funções da nova Diretora de Obras e Manutenção

[Participação na semana de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho](#)

MAIO

Inaugurações

Assembleia Geral para Aprovação do Relatório & Contas 2021

JUNHO

--

JULHO

Inaugurações:

[Orla Marítima da Calheta São Miguel](#)

[Inauguração do Centro de Saúde de Santa Catarina](#)

[Centro Nacional de Arte e Design](#)

AGOSTO

Assinatura convenção de crédito do ACE_PRRA_SB

SETEMBRO

Submissão do *Draft* do Diploma de Revisão de Preços ao Governo

Inauguração Regeneração do Centro Histórico de Nova Sintra

OUTUBRO

Visita às obras do Liceu da Várzea pela Sra. MIOTH e o Sr. ME

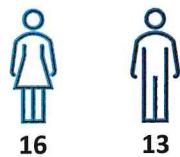
NOVEMBRO

1º Workshop sobre a elaboração do Plano Nacional de Infraestruturas

DEZEMBRO

--

e os seus números



29

Efetivos



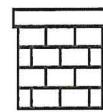
46

Procedimentos de Contratação Pública



59

Empreitadas Geridas



26

Contratos concluídos



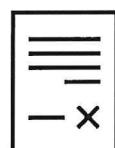
72 446

Volume de Negócios (mESC)



-1 930

EBITDA (mESC)



334 456

Faturação de Subcontratos (mESC)

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A eclosão da guerra na Ucrânia, no final de fevereiro de 2022, alterou drasticamente o enquadramento macroeconómico, por via da elevada incerteza que induziu nos agentes económicos, do agravamento das restrições nas cadeias de produção globais e do aumento dramático dos preços dos bens energéticos e alimentares. Com efeito, os riscos de abrandamento das principais economias mundiais acentuaram-se, também abrandou a promoção da infraestruturação do país, tendo em conta os constrangimentos logísticos provocados pela guerra, leia-se atrasos nas importações de materiais, assim como o aumento dos custos de produção.

Não obstante a situação de excepcionalidade, a ICV levou a cabo 46 procedimentos de contratação pública, com uma duração média de 70 dias, contados desde a data do Anúncio à entrega do Relatório Final. Dos 59 contratos de empreitada geridos em 2022, 26 ficaram concluídos, terminando o ano com uma carteira de 33 contratos em execução, que ascendiam a 2.678.245 milhares de escudos. O bom desempenho operacional permitiu-nos entregar uma performance financeira sólida. O nosso Volume de Negócios cresceu 15%, em 2022, para 72.446 milhares escudos, e a rentabilidade operacional, medida pelo EBITDA, aumentou em (72%) para 1.930 milhares de escudos negativos, um crescimento ligeiramente acima do crescimento de receitas. O Resultado Líquido negativo de 9.811 milhares de escudos representou uma melhoria de 29% face ao Resultado de 2021.

A melhoria na prestação dos serviços de gestão reflete-se numa melhoria significativa do EBITDA, comparativamente ao período homólogo. Contudo, à data do relatório é de notar que, apesar da contínua prestação dos serviços, o Estado acumula uma dívida para com a ICV de 67.000 milhares de escudos. Mantém-se, porém, ainda como desafio a superar o da rendibilidade que, não obstante a trajetória positiva, continua a exigir uma gestão muito criteriosa e rigorosa, e que se assume como objetivo essencial para 2023 contando para tal com o indispensável suporte e confiança de Clientes, Acionista, Colaboradores e restantes Stakeholders.

Ao final de um ano desafiador o CA da ICV só tem a agradecer, novamente, o empenho dos seus colaboradores (apenas 29) que num cenário de parcos recursos (humanos, financeiros, materiais e temporais) continuam a promover a infraestruturação sustentável de Cabo Verde.

2023 será melhor!

O Conselho de Administração



2. ORGÃOS SOCIAIS

Todos os Órgãos Sociais exerciam funções a 31 de dezembro de 2022, por força dos estatutos, pois apesar do término do mandato em 08 de abril de 2022, só podem cessar funções após a eleição de novos membros.

Assembleia Geral

Os atuais membros da mesa da Assembleia Geral, eleitos pela Assembleia Geral, realizada no dia 4 de fevereiro, para o mandato 2019-2022, com início a 4 de fevereiro e termo a 8 abril de 2022 (sem prejuízo da permanência no cargo até à eleição de novos membros), são os seguintes:

- Dra. Maimuna Tavares Mendes Baldé (Presidente da Mesa)
- Dra. Cecília de Oliveira Moreno (Secretária)

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração:

- Eng. Carlos Filipe Correia e Silva (Presidente)
- Dra. Ana Paula Andrade Rodrigues (Administradora Executiva)
- Eng. Luís Samir da Conceição Moreira (Administrador Executivo), eleito na Assembleia Geral, realizada no dia 28 de fevereiro de 2022, para completar o mandato dos restantes membros 2019-2022.

Fiscal Único

Dr. Luís Alberto da Silva Aguiar - Auditor Certificado - Cédula Profissional n.º 41, inscrito na OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilísticas Certificados

Dr. João Ledo de Pina (Suplente)

3. A INFRAESTRUTURAS DE CABO VERDE, SA (ICV)

3.1. Modelo de governação

Constituída em 2019, pelo Decreto-lei n.º 07/2019, de 18 de fevereiro, a Infraestruturas de Cabo Verde, SA (ICV) é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com sede na cidade da Praia, gestora dos programas de infraestruturação, cujo objeto, além de garantir uma boa gestão das obras públicas, habilita o surgimento de um quadro favorável ao crescimento da modalidade de parceria público-privada no financiamento de grandes obras em Cabo Verde, e que visa a redução do esforço empregue na utilização dos recursos públicos na concessão e desenvolvimento de obras infraestruturantes para o país.

Com um capital social totalmente subscrito e realizado de 135.000 (mESC), a ICV integra o setor empresarial do Estado, tendo como acionista único, o Estado de Cabo Verde.

A tutela setorial sobre a ICV S.A. é exercida pelo Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, enquanto a tutela financeira pertence ao Ministério das Finanças e Fomento Empresarial, nos termos do regime jurídico do setor público empresarial. Está, ainda, submetida à jurisdição e ao controlo exercido pelo Tribunal de Contas, bem como à fiscalização da Inspeção Geral de Finanças, nos termos da lei.

O modelo de governação e de organização adotado respeita as melhores práticas a nível de transparência e separação de funções entre a gestão e a supervisão das atividades na prossecução dos objetivos e interesses da empresa, do seu acionista, colaboradores e restantes *stakeholders*. A gestão é assegurada por um Conselho de Administração composto por 3 membros.

A estrutura e o funcionamento da ICV são regulados pelo Código das Sociedades Comerciais, pelos seus estatutos, aprovados pelo Decreto-lei n.º 7/2019 de 18 de fevereiro, pelo regime Jurídico do Setor Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/VIII/2016, de 6 de janeiro, e pelas boas práticas de governo societário aplicáveis ao setor. A sua gestão operacional é norteada pelo Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros (MPAF), Procedimentos de Contratação Pública e de Gestão de Obras (Código da Contratação Pública e o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos), que estabelecem as boas práticas para as principais áreas de atuação da Empresa.

A Fiscalização é assegurada pelo Fiscal Único. A auditoria externa neste exercício foi atribuída à empresa *PricewaterhouseCoopers* (PwC) Cabo Verde Sociedade de Auditores Certificados, Lda,



representada pelo Dr. Armando Rodrigues, Auditor Certificado registado na OPAC sob o nº 37. A PwC foi, também, auditora dos últimos 3 exercícios (2019, 2020, 2021).

3.2. Missão e Valores

Missão

Em conformidade com o previsto nos seus estatutos assume-se como missão da empresa, a *promoção da infraestruturação sustentável de Cabo Verde*, através de um modelo de negócio sustentado, com recursos qualificados e motivados, geradores de valor económico, social e ambiental. A ICV procura fazer com que todo o investimento realizado na infraestruturação de Cabo Verde tenha em conta as necessidades e o bem-estar das gerações presentes e futuras.

Esta missão é prosseguida não ao acaso ou de modo aleatório, antes através do sulco de caminhos exigentes e desafiantes, porém, bem orientados e que se consubstanciam na prática reiterada de valores e de princípios que refletem o compromisso e os princípios de gestão sustentável, sendo definidos e orgulhosamente partilhados ao nível da Infraestruturas de Cabo Verde:

- A maximização da **EFICIÊNCIA** e **EFICÁCIA** desde o planeamento das infraestruturas, elaboração de projetos, construção e utilização das mesmas;
- O **RIGOR** e a **TRANSPARÊNCIA** em todos os seus atos de gestão, em estrito respeito às regras e boas práticas aplicáveis;
- A busca incessante da **QUALIDADE** e **INOVAÇÃO** no exercício das suas atividades;

Objetivos Estratégicos

O Plano de Negócios 2019-2021 foi estruturado em três grandes objetivos estratégicos, sendo que dois dizem diretamente respeito às áreas da missão e o terceiro à área de suporte, por forma a implementar uma nova metodologia de programar e executar as grandes obras públicas. São eles:

- OE1. Assegurar a operacionalidade plena da Infraestruturas de Cabo Verde, SA;**
- OE2. Garantir a gestão eficiente e transparente das obras públicas; e**
- OE3. Apoiar na definição e implementação de políticas de infraestruturação.**

3.3. Áreas de Negócio

A Infraestruturas de Cabo Verde deverá assim atuar, a médio prazo, nos domínios de planeamento, mobilização de financiamento, execução, fiscalização e manutenção de infraestruturas públicas, bem como na montagem, gestão e acompanhamento de parcerias público-privadas de exploração de

infraestruturas, abrangendo as do Governo Central, das entidades públicas empresariais, dos fundos e serviços autónomos e dos órgãos de soberania. Deverá igualmente prestar assistências técnicas a outras entidades (como as Câmaras Municipais) nos domínios da sua atuação.

A Infraestruturas de Cabo Verde, SA atua como gestora de programas de infraestruturação, no domínio do planeamento, da mobilização de financiamento e da execução dos projetos, realizando (i) estudos e anteprojetos, (ii) concursos para execução de projetos, fiscalização e empreitadas e (iii) gestão de obras e contratos.

3.4. Estrutura orgânica

O modelo organizativo foi consolidado tendo em consideração os objetivos estratégicos da empresa. Genericamente, a organização divide-se em 3 grandes áreas, uma composta pelas direções que prestam serviços de gestão interna e duas core que concretizam e focam nas atividades core e do serviço prestado pela Infraestruturas de Cabo Verde, SA. No organograma¹ incluem-se 4 grupos de Unidades Orgânicas, sendo 2 grupos de áreas core e 2 grupos de áreas de apoio.

Áreas core:

- **Direção de Projetos e Concursos (DPC)** que é a responsável pela gestão de todos os procedimentos de contratação pública, gestão da elaboração de projetos de execução contratados pela ICV e pela elaboração de Estudos prévios.
- **Direção de Obras e Manutenção (DOM)** que é a responsável pela Gestão de Empreitadas, em todas as suas fases, desde a consignação da obra até à receção definitiva e entrega da obra ao Dono da Obra antecipando-se ganhos de eficiência derivados da aplicação de princípios de uma gestão eficiente e de qualidade.

Áreas de apoio:

- **Direção de Gestão de Recursos:** na qual se inserem os Serviços Logísticos, Financeiros e Recursos Humanos, ambos com atribuições relacionadas com as atividades de suporte a toda a estrutura.
- **Unidade de Apoio ao CA:** Complementarmente, enquanto mecanismo de gestão de interfaces e de partilha da decisão, fazem parte do modelo orgânico 6 serviços de apoio ao CA.

¹ <https://www.infraestruturas.cv/index.php/pt/a-instituicao/governo-da-sociedade>



4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

4.1. Economia Internacional

A atividade económica global registou um abrandamento acima do antecipado em 2022, com a inflação a atingir máximos de várias décadas na maioria dos blocos económicos, superando os dois dígitos nalguns casos. O aumento do custo de vida, condições financeiras mais exigentes, a Guerra da Ucrânia e ainda alguns efeitos da COVID-19 (em particular a política de zero infecções implementada na China), prejudicaram a atividade económica. Segundo o *World Economic Outlook*-WEO, do FMI, publicado em janeiro de 2023, o crescimento económico mundial abrandou dos 6,2% de 2021 para 3,4% em 2022 e a inflação aumentou dos 4,7% registados em 2021 para os 8,8% em 2022. Os aumentos significativos das pressões inflacionistas motivaram uma normalização mais acelerada, do que o antecipado, da política monetária global, criando condições de financiamento mais restritivas a nível mundial.

Quadro 1: Evolução do Crescimento Económico Mundial (%)

	2021	2022 E	2023 P	2024 P	2023 P	2024 P
					Dif. face a Out. 2022 (p.p.)	
Economia Mundial	6,2	3,4	2,9	3,1	0,2	-0,1
Economias Avançadas	5,4	2,7	1,2	1,4	0,1	-0,2
Zona Euro	5,3	3,5	0,7	1,6	0,2	-0,2
EUA	5,9	2,0	1,4	1,0	0,4	-0,2
Reino Unido	7,6	4,1	-0,6	0,9	-0,9	0,3
Japão	2,1	1,4	1,8	0,9	0,2	-0,4
Economias Emerg. e em Desenv.	6,7	3,9	4,0	4,2	0,3	-0,1
China	8,4	3,0	5,2	4,5	0,8	0,0
Índia	8,7	6,8	6,1	6,8	0,0	0,0
Africa Subsahariana	4,7	3,8	3,8	4,1	0,1	0,0

Fonte: FMI (WEO, jan de 2023).

O relatório aponta para um crescimento das **economias avançadas** na ordem dos 2,7% (-2,5 p.p. face ao ano anterior), devido ao aperto das políticas monetárias, do prolongamento dos problemas nas cadeias produtivas nas principais economias, nomeadamente, os EUA (+2,0%), Reino Unido (+4,1%) e Zona Euro, particularmente afetada pelo conflito na Ucrânia, quer pelo aumento da incerteza geopolítica, quer pelo impacto nos custos de matérias-primas energéticas, antecipa-se um crescimento económico de 3,5% face aos 5,3% de 2021. O índice de preços do consumidor na Zona Euro atingiu máximos históricos de 8,4% para o agregado do ano de 2022, tendo tido uma evolução crescente ao longo do ano e atingido os 10,6% no mês de outubro.



Nas economias emergentes e em desenvolvimento registou-se um crescimento de 3,9% em 2022, o que representa uma redução 2,7 p.p. em relação aos 6,7% registados em 2021. A maior economia do grupo, China (+3,0%) desacelerou 5,1 p.p. face a 2021, devido a crise imobiliária que o país enfrenta, ainda agravada pelo impacto negativo da política de zero tolerância à Covid-19.

Para 2023, a atividade económica deverá continuar a refletir essas incertezas, com o PIB mundial a crescer em torno de 2,9%, contudo, associado as expetativas de aumentos mais acentuados das taxas de juro pelos principais bancos centrais, a bloqueios mais prolongados e agravamento da crise do mercado imobiliário na China e um maior aperto no fornecimento de gás da Rússia para a Europa.

4.2. Economia Nacional

Segundo o relatório da conjuntura económica do Banco de Cabo Verde (novembro 2022), os indicadores económicos e financeiros de 2022 apontam consequências da conjuntura internacional na economia cabo-verdiana, nomeadamente, ao nível da procura interna.

No plano interno, os indicadores disponíveis apontam, igualmente, para uma evolução menos favorável da economia nacional, com uma recuperação contínua e altas taxas de crescimento, pese embora a elevada taxa de inflação que está agravando o custo de vida das famílias e empresários, condicionada pela incerteza geopolítica fruto da guerra na Ucrânia e aumento dos custos energéticos, que contribuíram para o aumento de custos e preços e para a deterioração da confiança, consequentemente uma evolução menos favorável da economia nacional no terceiro trimestre de 2022.

Quadro 2: Evolução do Crescimento Económico Mundial (%)

	2019	2020	2021	2021			2022		
				2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim
Consumo	5,6	-8,6	14,5	15,4	22,6	28,1	20,5	25,7	4,8
Consumo Privado	5,9	-11,3	9,4	10,7	16,2	27,5	27,5	39,5	13,0
Consumo Público	4,8	0,8	30,1	29,6	43,7	29,9	2,7	-11,6	-17,9
Investimento	-6,3	19,7	-8,3	44,6	-26,1	-35,6	-24,6	-26,5	16,0
Exportações	8,7	-58,4	5,8	75,0	108,5	119,2	144,8	118,0	108,5
Importações	0,8	-22,5	4,3	26,3	16,6	18,1	23,0	28,7	33,4
Produto Interno Bruto	5,7	-14,8	7,0	30,6	10,1	11,9	16,8	17,7	17,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Os indicadores quantitativos, indiciam um abrandamento da procura interna face ao segundo trimestre, relacionado essencialmente, com a evolução menos favorável do consumo, e do investimento, conforme sugere a redução das importações de materiais de construção, de bens de equipamentos e transportes,



Acrescenta que o consumo continua a dar sinais de algumas resiliências, tendo em conta o aumento que se verifica nas importações de bens e serviços não duradouros. Os indicadores apontam, igualmente, uma contínua procura externa líquida, relacionada com o aumento, ainda que mais moderada da procura turística.

O **indicador de clima económico**, aponta para uma melhoria da confiança dos agentes económicos, determinado sobretudo, pelo aumento da confiança dos operadores dos setores de transportes, turismo, indústria transformadora e comércio, que contrasta, no entanto, com alguma queda de confiança por parte dos operadores da construção e do comércio em estabelecimento, que indicam os preços de vendas demasiados elevados, insuficiência da procura, bem como, as frequentes avarias nos equipamentos e falta de materiais, como os principais constrangimentos da atividades nestes setores.

Nesta análise o BCV, conclui que o crédito à economia cresceu 5,3% em 2022, face a dezembro de 2021, apresentando, contudo, um abrandamento face ao crescimento de 6,1% registado no período do ano anterior.

De notar que, de acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), no 3.º trimestre de 2022, o Produto Interno Bruto (PIB) em volume cresceu 17,1% (+10,1%) em termos homólogos, depois de ter expandido 16,8% no primeiro trimestre, mantendo a tendência de recuperação pós pandemia de 7% de 2021.

Do lado da oferta, esse resultado advém nomeadamente dos contributos do setor terciário (20%) e dos impostos líquidos de subsídios, derivado sobretudo dos estímulos e da dinâmica recuperação da atividade económica, nomeadamente o Alojamento e Restauração (+394,3%), e do comércio (38,0%), dado ao aumento de preços dos bens e serviços, dos transportes (+43,1%), acompanhando a dinâmica do turismo e das viagens e outros serviços (+11,1%). O setor secundário, cresceu 1,9%, derivado do desempenho positivo dos subsetores das indústrias transformadoras (+6,1%) e da Eletricidade e Água (+8,1%), não obstante a queda contínua da atividade da Construção civil (-7,4%).

Do lado da procura, esse crescimento reflete a dinâmica das exportações (+108,5%) e das despesas de consumo final (+4,8%), resultante sobretudo, da trajetória do consumo privado, apesar do aumento persistente dos preços.

No 4.º trimestre de 2022, o ritmo de crescimento económico abrandou, relevando o clima de negócios desfavorável. Conforme os dados publicados pela INE, a inflação média anual de 7,9%

(antes 1,9% no período homólogo), derivado fundamentalmente do comportamento dos preços internacionais dos bens energéticos e dos bens alimentares no mercado internacional.

A pressão nos preços continua afetando mais a categoria dos bens (+11,1%, face ao período homólogo). A inflação, excluindo os bens e serviços energéticos, situou-se em 6,5%, refletindo o impacto da alta do preço do brent. As componentes de preços mais afetadas continuam sendo os produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (+6,5 p.p. na inflação global) e transportes (+1,1 p.p. na inflação global).

No setor externo, os dados da Direção Geral das Alfândegas mostram que a balança comercial de bens variou 22,6% no 4.º Trimestre de 2022. As exportações de bens aumentaram em 0,1% em valor, 18,2%, face ao período homólogo.

As importações de bens, por sua vez, aumentaram 21,1% em valor no período, derivado sobretudo do aumento considerável nas importações de bens de consumo (+20,1%), dos bens intermédios (+14,9%), dos combustíveis (+72,5%) e de bens de capital (+9,4%). A performance registada na categoria dos bens de capital poderá estar a sinalizar retoma mais vigorosa dos investimentos privados, particularmente no setor da construção civil, imobiliária e da indústria.

No setor monetário, os dados do Banco de Cabo Verde, disponíveis até novembro de 2022, apontam, uma contínua melhoria das contas externas. O stock das reservas internacionais líquidas aumentou 6,4%, em novembro de 2022, face ao período homólogo, no entanto garantindo 6,8 meses de importações de bens e serviços estimadas para o ano de 2022. O crédito à economia cresceu 5,3%, tendo o crédito ao setor privado a crescer 4,9%, podendo impactar positivamente os investimentos privados.

Quanto às contas públicas, os efeitos da guerra entre Rússia e Ucrânia e da crise inflacionária continuam afetando negativamente a posição fiscal do país, tendo o défice, situado provisoriamente, em 4,2% do PIB projetado em 2022 (-7,3% do PIB no período homólogo), refletindo na performance das receitas totais (+18,3%), das despesas totais (+6,6%) e dos ativos não -financeiros (-3,7%).

No 4.º trimestre de 2022, o stock da dívida do Estado, representou provisoriamente 127% (142,4% período homologo), tendo a dívida externa atingido 88,1% do PIB e dívida Interna 39,1% do PIB.

Desta forma, tendo em consideração a envolvente acima descrita, a atividade da ICV em 2022 foi direta e indiretamente influenciada pela mesma, conforme se descreve em maior detalhe ao longo deste relatório.

4.3. Os impactos da Guerra na Ucrânia na infraestruturação do País

Um dos efeitos económicos da Pandemia da COVID-19 foi, e continua sendo, o aumento sucessivo, súbito e por vezes exponencial dos preços de vários bens e, em especial, dos custos de produção das obras (designadamente matérias-primas, materiais, mão-de-obra, equipamentos e transportes), devido a uma forte perturbação ao nível das cadeias de produção e de transporte dos insumos e equipamentos. Essa conjuntura foi severamente agravada pela crise energética, resultante da Guerra na Ucrânia.

Face aos sucessivos acréscimos dos custos de produção das obras, os empreiteiros foram obrigados a reduzir o ritmo de produção, tendo em conta as dificuldades de tesouraria, refletidas na aquisição de materiais. Nesta senda, os empreiteiros reclamaram uma intervenção extraordinária e emergencial dos donos das obras², nomeadamente os das obras públicas, que proporcionasse soluções justas e adequadas de compensação dos acréscimos dos custos de produção. Assim, a ICV, em parceria com a Associação Cabo-verdiana de Empresas de Construção (ACEC), trabalhou na proposta de Decreto-Lei, que aprova o Regime Emergencial e Temporário de Revisão de Preços aplicável às Empreitadas de Obras Pública. Esta proposta foi submetida ao Governo no terceiro trimestre de 2022.

² https://www.youtube.com/watch?v=zCDIB8fKidI&ab_channel=RTC-R%C3%A1dioTelevis%C3%A3oCabo-verdiana



5. PROMOÇÃO DA INFRAESTRUTURA SUSTENTÁVEL EM 2022

A equipa técnica da ICV é constituída por 16 técnicos, com formação superior nas áreas de Arquitetura e Engenharia Civil, com competências técnicas em contratação pública, coordenação, elaboração, revisão de projetos e gestão de contratos de empreitadas de obras públicas, distribuídos pelas Direções de Projetos e Concursos (DPC) e Obras e Manutenção (DOM), sendo que a interoperabilidade das direções é um imperativo para um bom funcionamento da instituição.

A DPC é a unidade orgânica responsável pela gestão de todos os procedimentos de contratação pública e pela elaboração de estudos prévios, enquanto a DOM tem a responsabilidade de fazer a gestão dos contratos de empreitadas e fiscalização, sendo que também é transversal às duas direções assessorar o Conselho de Administração em tudo que diz respeito à respetiva unidade orgânica.

5.1. Estudos

Esta atividade consiste no levantamento de informações sobre o estado de conservação das infraestruturas, assim como a elaboração de propostas de medidas para intervenção, com o objetivo de conferir todas as condições funcionais, de segurança e habitabilidade para o funcionamento dos mesmos.

1. Reabilitação do Estádio *Dideus*
2. Construção do Campo de Futebol de Juncalinho
3. Requalificação do Polivalente da Fajã
4. Reabilitação da Residência do Presidente da República em Monte *Tchota*
5. Reabilitação do Edifício da Fundação Infância Feliz
6. Construção do Pavilhão Desportivo da Escola de Capelinha

5.2. Projetos

Com o objetivo de colaborar com os vários clientes/setores da administração pública, foram elaborados projetos base de arquitetura e prestação de serviços de assistência técnica, termos de referência, com intuito de disponibilizar informações suficientes para elaboração de projetos de execução pelos adjudicatários, aquando da execução dos contratos de empreitadas.

1. Projeto de Arquitetura do Edifício do MFIS
2. Projeto de Construção da Escola de Palmeira
3. Projeto de Construção do Complexo Educativo de Chã de Matias
4. Projeto de Arquitetura do Edifício Ex-Tribunal Militar
5. Termos de Referência - Construção da Nova Sede do INE na Zona K

6. Projeto da Nova Sede do Arquivo Histórico Nacional
7. Reabilitação e Ampliação da Cadeia Central da Praia
8. Projeto de Arquitetura do Edifício afeto ao Tribunal de Contas
9. Reabilitação do Complexo A do Campus da Justiça
10. Remodelação do Edifício Galerias - Lotes 1,2 e 3
11. Remodelação do 3º Andar da Sede da DNRE
12. Remodelação do Edifício dos TACV no Plateau
13. Construção da Repartição das Finanças de Santa Catarina

Projeto de Arquitetura do Edifício Ex-Tribunal Militar

O Projeto resulta de uma proposta para a Remodelação de um edifício situado na Rua Saldanha Lobo, no Plateau - Cidade da Praia, que visa criar as condições físicas necessárias para o Escritório do Presidente da República cessante. Trata-se de um edifício construído no século XX e com traços do *Estilo Art Déco*, que teve seu auge nos anos 20. Albergava o Antigo Tribunal Militar, porém, foi abandonado o que acelerou a sua degradação. O edifício de 1 piso ocupa um terreno de 230m² e é constituído por um corpo principal e 2 (dois) anexos localizados na parte traseira do lote. O prédio integra-se no conjunto de edifícios que circundam a Praça Central do Plateau. Apesar de as suas dimensões serem menores relativamente a outros enquadrados no Plano de Salvaguarda do Plateau, pode-se por assim dizer que possui um valor simbólico de memória do conjunto edificado do centro histórico. Neste contexto, o projeto foi submetido à avaliação do IPC – Instituto do Patrimônio Cultural, tendo recebido parecer positivo.

Termos de Referência - Construção da Nova Sede do INE na Zona K

A elaboração dos termos de referência para este projeto tem como objetivo selecionar a proposta que apresente soluções criativas, funcionais e inovadoras para a Sede do Instituto Nacional de Estatísticas, na ilha de Santiago. É dada total liberdade para a elaboração do projeto desde que atinja os objetivos preconizados no Programa do Concurso. Espera-se que os participantes no concurso proponham soluções em conformidade com o programa de necessidades e, mediante a sua experiência na elaboração de projetos, possam contribuir para uma melhor solução para as necessidades requeridas para esta tipologia arquitetónica integrada, cuja natureza de uso e funcionamento têm as suas especificidades. A modalidade de concurso para edificação da sede da INE será a Concessão de Edifícios Públicos, realizada através de um concurso público de duas fases em que, na primeira fase, será avaliada a conceção arquitetónica e posteriormente, na segunda fase, avaliar-se-á a proposta financeira, com base em critérios quer da saúde financeira das empresas,

como da proposta de arrendamento funcional. Este dossier está a ser montado e tratando-se de uma nova modalidade de contratação, requer serviços de consultoria para o sucesso na implementação.

Assistência Técnica

Tendo em conta que alguns projetos base foram elaborados pela ICV, a prestação de assistência técnica tem o objetivo de garantir o apoio necessário aos vários intervenientes em obra, para a compreensão, interpretação e execução do projeto com qualidade.

Outrossim, ao longo deste processo também são desenvolvidas as seguintes ações:

- ✓ Prestação de informações complementares relativas a ambiguidades ou omissões do projeto;
- ✓ Apreciação de documentos de ordem técnica apresentados pelo empreiteiro;
- ✓ Controlar a aprovação de materiais a serem aplicados em obra;
- ✓ Apoiar o dono de obra na tomada de decisão e garantir o cumprimento pleno dos contratos pelo empreiteiro;

Foram prestadas assistências técnicas para as seguintes obras:

1. Construção da Repartição das Finanças de Santa Catarina
2. Reabilitação da Residência Estudantil de Pedra Badejo
3. Remodelação do Piso Cadastro Predial do Mindelo
4. Reabilitação do Complexo A do Campus da Justiça
5. Reabilitação do Complexo B do Campus da Justiça
6. Remodelação do Edifício Galerias - Lotes 1,2 e 3

Revisão de Projetos

As anomalias dos projetos são uma das mais significativas causas dos problemas e conflitos surgidos ao longo da execução do contrato. Um bom projeto, isento de erros e omissões grosseiros, dá melhores garantias de sucesso na execução dos empreendimentos/infraestruturas, enquanto, que um projeto com grandes anomalias poderá dar origem a consequências imprevisíveis no desenvolvimento dos mesmos, com resultados inferiores ao desejado sobretudo ao nível dos custos, prazos e qualidade. A temática revisão de projetos está sendo abordada e implementada pela ICV, por se entender poder melhorar de forma significativa o cumprimento de prazos e custos previamente estabelecidos, contribuindo assim para maior competitividade no sector da construção civil, melhorias na qualidade final do produto, evitando também consequências dificilmente resolúveis. Assim, foram revistos os seguintes projetos de forma a implementar o processo de revisão de projetos:

1. Reabilitação do Museu Norberto Tavares

2. Reabilitação do Museu São Filipe
3. Construção da Delegação Marítima de São Nicolau
4. Projeto de Arquitetura do Edifício Ex-Tribunal Militar
5. Centro de Saúde da Brava (versão 1)
6. Remodelação da Rede Comercial dos Correios
7. Reabilitação da Residência Estudantil de Pedra Badejo
8. Reabilitação e Ampliação da Cadeia Central da Praia
9. Construção do Novo Liceu da Várzea
10. Projeto de Arquitetura do Edifício afeto ao Tribunal de Contas
11. Reabilitação do Complexo A do Campus da Justiça
12. Remodelação do Edifício dos TACV no Plateau

5.3. Concursos

Ao longo do ano de 2022 foram lançados um total de 46 procedimentos de contratação pública, distribuídos pelos vários sectores, sob a forma de concurso público, concurso restrito e ajuste direto (ANEXO I).

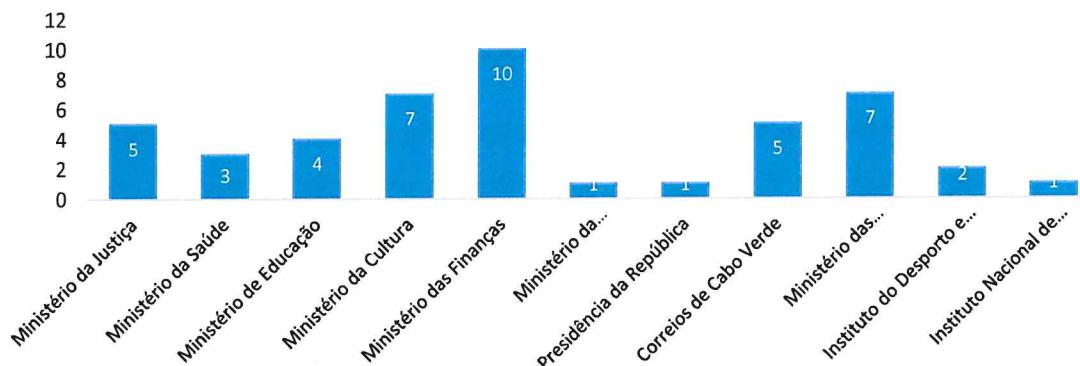


Figura 1. Procedimentos de contratação Pública por Setores (Clientes)

Concurso Público

Sob a forma de concurso público, foram lançados um total de 18 (dezoito) procedimentos de contratação pública, destacando-se:

- Nº 20/2022_IMS_MF_STS/CPN - Construção Sede Tribunal de Contas
- Nº 33/2022_IMS_ME_SL/CPN - Construção do Complexo Educativo de Chã de Matias
- Nº 46/2022_IMS_MJ_STS/CPN - Reabilitação e Ampliação da Cadeia Central da Praia

Assim, os procedimentos de concursos públicos estão distribuídos entre empreitadas de obras públicas, prestação de serviços de fiscalização de empreitadas e elaboração de projetos de especialidades, conforme o gráfico seguinte:

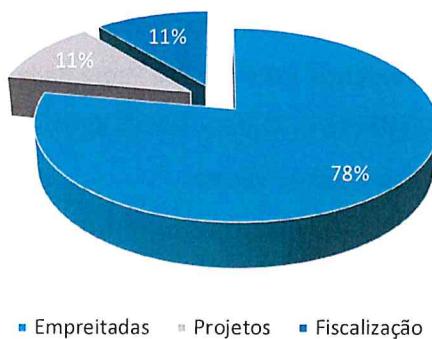


Figura 2: Objeto dos Concursos Públicos

Concurso Restrito

Sob a forma de concurso restrito, foram lançados um total de 6 (seis) procedimentos de contratação pública, destacando-se:

- Carpintaria CNAD
- Fiscalização da Empreitada de Construção do Centro de Saúde de Ribeira das Patas
- Fiscalização da Empreitada de Requalificação Urbana e Ambiental de Alto de Bomba

Assim, os procedimentos de concursos restrito estão distribuídos entre empreitadas de obras públicas, serviços de fiscalização de empreitadas e prestação de serviços, conforme o gráfico seguinte:

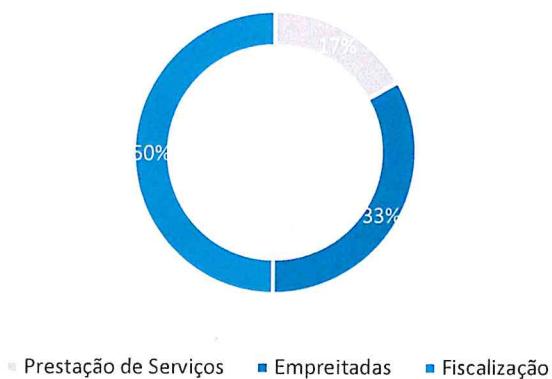


Figura 3: Objeto dos Concursos Restritos

Ajuste Direto

Sob a forma de ajuste direto, foram celebrados um total de 22 contratos, destacando-se:

- Reabilitação do Palácio do Povo
- Conservação e restauro dos marmoreados do corredor e teto Sudoeste do CNAD
- Cestaria CNAD
- Serralharia CNAD
- Carpintaria CNAD - EDIFÍCIO A
- Remodelação da envolvente do edifício do LEC

Este tipo de procedimento foi utilizado para contratos específicos, para resolução de situações enquadradas no Artigo 39º da Lei 88/VIII/2015³, tais como: urgência imperiosa e imprevisível, que requerem alguma expertise ou particularidades; ou situações em que os procedimentos lançados a concurso não tiveram qualquer concorrente. Também foram adotados procedimentos de Ajuste Direto para contratos enquadrados no Artigo 30º da lei referida. O gráfico seguinte ilustra os fundamentos para a realização do procedimento e seguidamente se exemplifica com os casos em concreto.

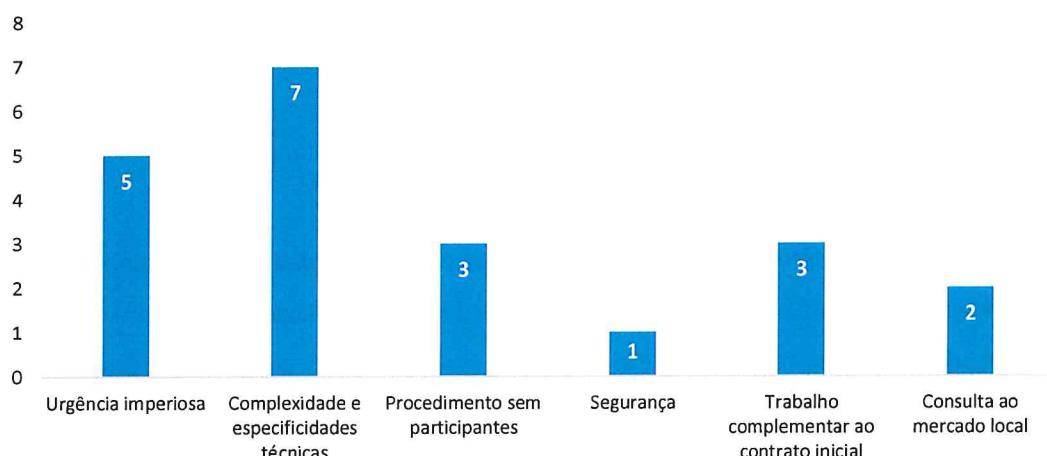


Figura 4: Fundamentos para adoção do Ajuste Direto

Assim, os contratos celebrados por ajuste direto, estão distribuídos entre empreitadas de obras públicas, fiscalização de empreitadas, prestação de serviços e aquisição de bens móveis, conforme o gráfico seguinte:

³ Aprova o Código de Contratação Pública

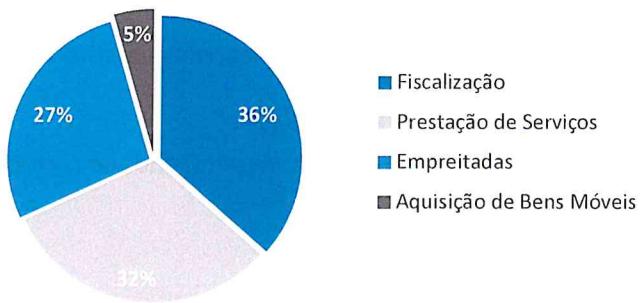


Figura 5: Objeto dos Procedimentos de Ajuste Direto

Recursos

Do total dos procedimentos lançados para contratação pública, foram interpostos 2 (dois) recursos à Comissão de Resolução de Conflitos (CRC) da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas, (ARAP), ou seja, apenas 4,3% dos procedimentos. Os recursos foram interpostos no âmbito dos seguintes procedimentos:

1. Nº 22/2022_IMS_MIOTH_SA/CR - Projeto de Requalificação da Orla Marítima do Paúl
2. Nº 33/2022_IMS_ME_SL/CPN - Construção do Complexo Educativo de Chã de Matias

Os recursos interpostos foram apreciados pela CRC, sendo que as decisões foram no sentido do júri admitir as alegações apresentadas pelas entidades recorrentes.

5.4. Gestão de Contratos (Empreitadas e Fiscalizações)

No âmbito das empreitadas, a gestão de contratos tem o propósito de garantir maior segurança jurídica aos envolvidos, estabelecer as principais diretrizes técnicas, administrativas e legais a serem cumpridas pelas partes, assim como as metas e resultados, com o objetivo de proporcionar maiores ganhos para os envolvidos, com ênfase também na qualidade final dos trabalhos a serem executados.

Ao longo do ano de 2022, a gestão de empreitadas ficou fortemente afetada pelos constrangimentos resultantes dos efeitos económicos da Pandemia de COVID-19, agravados pelas consequências da Guerra na Ucrânia que se iniciou em fevereiro de 2022, conforme relatado em 4.3. Os aumentos sucessivos dos preços de combustíveis, subidas consecutivas e exponenciais de preços de materiais e equipamentos, que por sua vez, causaram alterações e constrangimentos na cadeia de produção e transporte de matérias-primas utilizadas no setor da construção, tiveram impacto direto no cumprimento dos prazos contratuais e também na capacidade financeira das empresas e do dono de obra.

A nível dos donos de obra (Estado) os referidos efeitos da pandemia implicaram na atualização, assim, os setores/ministérios tiveram de re-orçamentar os projetos inscritos nos programas PRRA e IMS, com as implicações advenientes. O setor das infraestruturas, particularmente, para fazer face aos pagamentos dos contratos em execução, mobilizou recursos financeiros através de mecanismos alternativos de financiamento, via banca comercial e bolsa de valores de cabo verde. Este processo, devido ao seu período de montagem, refletiu também nos prazos de pagamentos e de execução das empreitadas, que foram prorrogados, como também teve impacto direto no volume de negócios da ICV, uma vez que durante esse período as obras estiveram praticamente suspensas e sem produção, não permitindo assim a cobrança do *fee de gestão*, que está indexado às faturas apresentadas pelos empreiteiros.

Em 01 de janeiro de 2022 estavam em curso 31 contratos de empreitadas de obras públicas, que transitaram do ano 2021. Ao longo do ano de 2022 foram consignadas 28 empreitadas de obras públicas e foram concluídas 26 empreitadas, conforme os quadros do ANEXO III.

Em 31 de dezembro de 2022 estavam em curso 33 contratos de empreitadas e 14 contratos de fiscalização de empreitadas, conforme o gráfico seguinte:

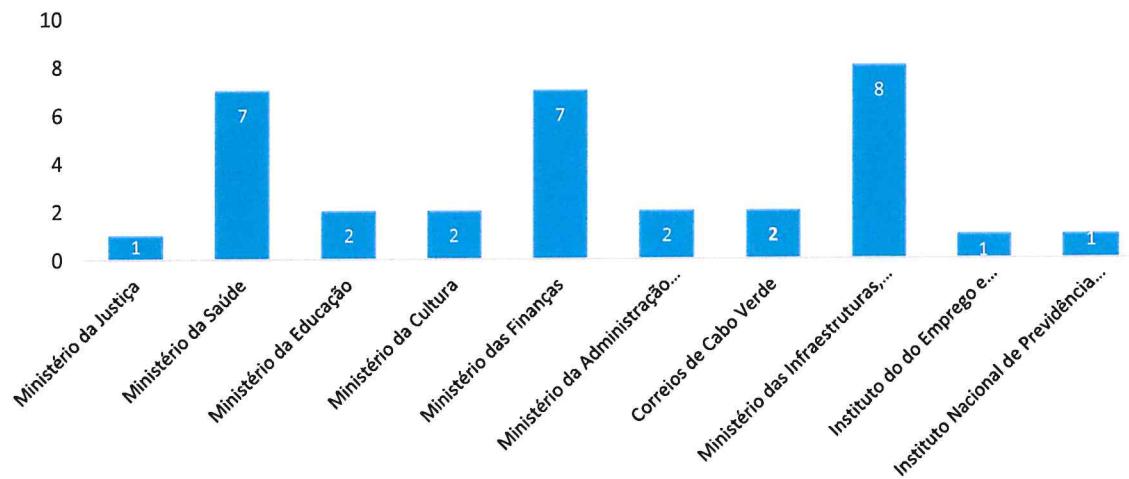


Figura 6: Contratos de Empreitada em Curso, 31/12/2022, por setor

O somatório dos 33 contratos de empreitadas, ascende ao montante de 2.678.245 milhares de CVE. Relativamente aos contratos concluídos em 2022, devido à conjuntura evidenciada no ponto 4, que resultou nos constrangimentos derivados principalmente da necessidade de mobilização de recursos para fazer face aos pagamentos, aumento substancial do preço dos materiais de construção civil e adequação dos projetos de execução, foi necessário a prorrogação dos prazos, numa média de aproximadamente 11 meses.

Aos contratos de empreitada estão associados os seguintes contratos de Fiscalização:

- Fiscalização da Empreitada de Construção da Esquadra de Monte Sossego
- Fiscalização da Requalificação de Arruamentos de São Filipe e Nova Sintra
- Fiscalização Reabilitação do Centro de Saúde de Sal Rei
- Fiscalização Requalificação da Cidade de Porto Inglês
- Fiscalização da Empreitada de Construção da Unidade de Previdência Social em Espargos
- Fiscalização Obras Serviços DNRE - Arqui M – Finanças Sal
- Fiscalização da Empreitada de Repartição das Finanças de Santa Catarina - Construção Civil
- Fiscalização da Empreitada de Repartição das Finanças de Santa Catarina - Eletrotecnia
- Fiscalização da Construção do Novo Liceu da Várzea
- Fiscalização da Rede Comercial dos Correios - Mosteiros
- Fiscalização da Empreitada de Construção do Piso WASCAL
- Fiscalização do Posto de Saúde de Palmeira
- Fiscalização da Empreitada de Reabilitação da Residência de Formandos e Formadores de Pedra Badejo
- Fiscalização da Empreitada de Requalificação Urbana e Ambiental de Alto de Bomba

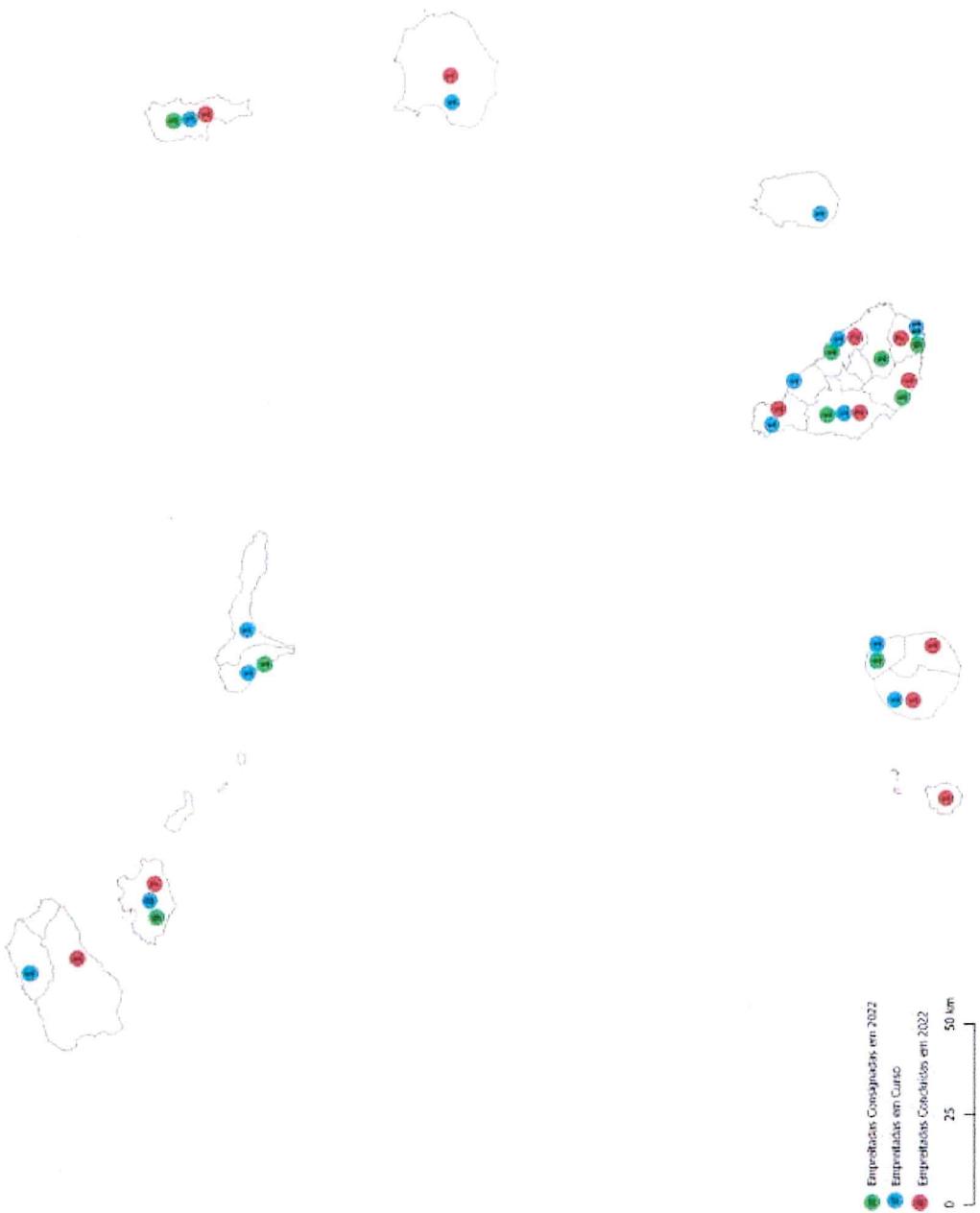


Figura 7: Distribuição geográfica das empreitadas geridas em 2022

6. CAPITAL HUMANO

Na ICV, as pessoas são um dos ativos mais valiosos para a concretização da estratégia do negócio. A gestão do capital humano da ICV é concretizada através de processos orientados para a criação de valor que assegurem a sustentabilidade e o desenvolvimento do seu potencial. Essas políticas traduzem-se na incorporação das melhores práticas, mas também no desafio permanente do desenvolvimento de processos inovadores que permitem a manutenção dos mais elevados padrões de desempenho.

6.1. Desenvolvimento das Pessoas

O desenvolvimento de competências dos colaboradores através da formação contínua e da promoção da participação em projetos pluridisciplinares é um dos aspetos essenciais para a ICV, tendo 2022 sido palco de diversas iniciativas nesse sentido.

Os processos formativos são adaptados às necessidades de desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais dos colaboradores, baseando-se em formatos mistos de aprendizagem. No cômputo geral, durante o ano de 2022, realizaram-se um total de 11 ações, com uma carga horária de 144 horas de formação, e desenvolvimento pessoal e profissional. Destacam-se formações na área de RH, Planeamento e Controlo Orçamental, Controlo Interno e Auditoria Interna, bem como, comportamental e organizacional, temas transversais à organização, e ainda, em áreas específicas, nomeadamente:

- *Project Finance* e Contratos FIDIC (Morais Leitão e Associados)
- Inspeção de Edifícios (LEC e LNEC)
- Segurança no Trabalho no setor da Construção Civil

6.2. Avaliação e Desempenho

Previa-se a implementação efetiva do Sistema de Avaliação de Desempenho para 2022, contudo esta implementação foi adiada para 2023.

6.3. Efetivos

Os pressupostos assumidos para o número de efetivos a 31 de dezembro, são baseados nos efetivos a cargo da Empresa, ou seja, os que são suportados e financeiramente refletidos na rubrica de Gastos com Pessoal, que representam **29 colaboradores em 2022** (incluindo os 3 membros do Conselho de Administração). Acresce, ainda, 1 colaborador destacado do MIOTH, no âmbito da Cooperação com o Fundo do Ambiente de Portugal, 1 em licença sem vencimento e 1 requisitado à uma outra Entidade totalizando, por conseguinte, um efetivo global de 32.

Os colaboradores da ICV, no período a que se reporta, estão afetos às diferentes unidades orgânicas, conforme a tabela:

Tabela 1: Colaboradores Ativos da ICV (em 31/12/2022)

Unidade Orgânica	2022	2021
Conselho de Administração	3	2
Apoio ao Conselho De Administração	1	3
Direção de Gestão de Recursos	7	7
Direção de Projetos e Concursos	8	6
<u>Direção de Obras e Manutenção</u>	<u>10</u>	<u>11</u>
Total	29	29

6.4. Estrutura Etária

Fruto da aposta crescente na integração e desenvolvimento de jovens, em 2022, a estrutura etária evidência uma predominância significativa de colaboradores na faixa etária dos **30 aos 39 anos**, constatando-se uma entidade relativamente jovem.

Relativamente à distribuição dos efetivos por género, constata-se que, no final de 2022, **45%** eram do género **masculino (13)** e **55%** do género **feminino (16)**. A distribuição por género tem-se mantido estável ao longo dos anos, observando-se uma tendência para a igualização, alinhada com os objetivos da equidade e paridade do género, a Infraestruturas de Cabo Verde continua a apostar numa visão de médio prazo, assente no equilíbrio e na valorização plural de todos os seus colaboradores.

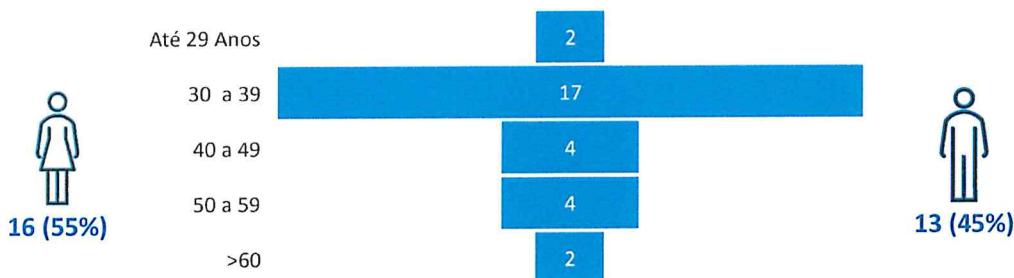


Figura 8: Género e estrutura etária na ICV (31/12/2022)

7. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

O Conselho de Administração da ICV tem consciência que os novos desafios impostos às empresas públicas, no âmbito da gestão de risco, que ao abrigo da portaria n.º 48/2021, implicam a implementação de melhorias contínuas ao sistema de gestão de risco. Sendo assim, no final do

exercício de 2022, aprovou a contratação de consultoria externa para a implementação de um conjunto de iniciativas para reforçar a maturidade de gestão de risco da ICV, no âmbito da governação, controlo interno e *compliance*, sendo que algumas das referidas iniciativas já se encontram implementadas. Assim, por forma a responder aos requisitos de organização interna relacionados com os sistemas de governo e controlo interno, a ICV irá, ao longo de 2023, definir a sua política de gestão de riscos, entretanto, os procedimentos em vigor visam a mitigação dos diversos riscos identificados até então.

8. A PERFORMANCE ECONÓMICA E FINANCEIRA

8.1. Resultados e Balanço

O resultado líquido da ICV ascendeu a 9.811 mESC negativos em 2022, situando-se abaixo dos 13.799 mESC negativos alcançados no ano anterior.

Apesar dos impactos anteriormente mencionados, a evolução favorável do resultado líquido da ICV foi possível sobretudo graças aos proveitos core, que aumentaram 15% face aos 62.759 mESC apurados em 2021, alcançando 72.446 mESC no final de 2022.

Não obstante o aumento das receitas core em 2022, o resultado líquido da atividade foi condicionado pelo abrandamento das obras e gestão dos contratos, e em certos casos suspensão dos mesmos constrangimentos referidos no capítulo 5.

Paralelamente, o desempenho do resultado da ICV beneficiou também da redução registada nos custos operacionais de estrutura, apesar da subida da inflação observada no país.

Importa salientar que apesar de continuar a ser negativo, o resultado líquido da ICV evoluiu favoravelmente face ao último ano, não obstante o agravamento dos efeitos extraordinários que têm vindo a condicionar fortemente o seu desempenho, tendo inclusivamente apresentado resultados positivos no quarto 2.º trimestre de 2022.

O ano de 2022 caracterizou-se por um aumento significativo do balanço da ICV, e que decorre principalmente do financiamento que havia sido contratado junto do Sindicato Bancário Caixa BAI no âmbito do financiamento dos Blocos Residenciais. O ativo total do balanço da ICV ascendeu a 1.624.219 mESC em 31 de dezembro de 2022, evidenciando um aumento de 40% face aos 1.164.307 mESC apurados final do ano de 2021, sendo de destacar, o aumento de disponibilidades em Caixas e Depósitos Bancários.

O passivo total situou-se em 1.529.683 mESC no final de 2022, apresentando um aumento de 39% face aos 1.100.959 mESC registados no final de 2021, sendo de destacar o financiamento obtido, acima referido.

O quadro seguinte apresenta a demonstração dos resultados do exercício de 2022, comparativamente ao exercício anterior.

Tabela 2: Resultados e EBITDA de 2022

Unid: milhares de Escudos

Demonstração de Resultados				Variação 22/21	
Rubrica	2022	2021	2020	Abs.	%
1. Vendas	6.988	3.817	9.482	3.172	83%
2. Prestação serviços	65.458	58.943	43.426	6.515	11%
Volume de Negócios	72.446	62.759	52.907	9.687	15%
3. Outros rendimentos operacionais	335.252	701.164	810.381	(365.912)	-52%
I. Total Rendimentos Operacionais (1+2+3)	407.698	763.923	863.288	(356.225)	-47%
1. Gastos Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-	-	-	-	-
2. Gastos Funcionamento desembolsáveis					
Fornecimentos e Serviços Externos	354.923	722.101	832.320	(367.178)	-51%
Gastos com o pessoal	54.660	48.738	47.097	5.922	12%
Outros gastos e perdas	46	96	68	(50)	-52%
	409.628	770.934	879.485	(361.306)	-47%
EBITDA	(1.930)	(7.011)	(16.197)	5.081	-72%
3. Gastos não Desembolsáveis	-	-	-	-	-
Amortizações do exercício	7.881	7.091	2.881	790	11%
	7.881	7.091	2.881	790	11%
II. Total de Gastos Operacionais (1+2+3)	417.509	778.025	882.366	(360.516)	-46%
III. Resultado Operacional (I-II)	(9.811)	(14.102)	(19.078)	4.291	-30%
IV. Resultados Financeiros	-	-	-	-	-
1.Juros e Ganhos Similares Obtidos	-	303	-	-	303
2.Juros e Perdas Similares Suportados	-	-	-	-	-
Total (1+2)	-	303	-	-	303
V. Result. antes de Impostos (III+IV)	(9.811)	(13.799)	(19.078)	3.988	-29%
VI. Imposto sobre o Rendimento do período	-	-	-	-	-
VII. Resultado Líquido (V-VI)	(9.811)	(13.799)	(19.078)	3.988	-29%

Neste contexto, a ICV registou um **EBITDA** (Resultado antes de Depreciações, Gastos de financiamento e Impostos) negativo de **1.930 milhares de escudos**. De igual modo, a atividade conduziu a um **Resultado Operacional (EBIT)** negativo de **9.811 milhares de escudos** e um **Resultado Líquido negativo de 9.811 milhares de escudos**, o que corresponde uma melhoria 72%, 30% e 29%, respetivamente, face ao período homólogo de 2021.

Para esta performance contribuíram maioritariamente os seguintes fatores:

- **Volumes de negócios** de mESC 72.446, representando a atividade de Gestão, coordenação e fiscalização de Empreitadas (45%), a atividade de Projetos e concursos, relativos a venda de dossiers de concursos 45% e serviços prestados no âmbito da assistência técnica 10%.



- **Gastos Operacionais** de mESC 417.509, para os quais contribuiu com maior peso a rubrica de Subcontratos dos FSE, no montante de mESC 354.923 (94%), que reflete a execução de contratos nos programas PRRA (90%), IMS (9%) e Emergência Chuvas (1%).
- **Rendimentos Operacionais** de mESC 407.698, dos quais mESC 334.456 são relativos, aos rendimentos registados no âmbito da execução dos contratos nos programas PRRA, IMS e Programa Emergência Chuvas.

Tabela 3: Resultados e EBITDA de 2022 (valores em mESC)

Resultado E EBITDA	2022	2021	VAR 22/21 %
Resultado Operacional	(9.811)	(14.102)	-30%
Resultado Antes Impostos	(9.811)	(13.799)	-29%
EBITDA	(1.930)	(7.011)	-72%
Margem EBITDA	-3%	-11%	
Resultado Líquido	(9.811)	(13.799)	-29%

A margem EBITDA melhorou relativamente a 2022, situando-se em -3 % (vs. -11% em 2021).

8.2. Volume de Negócios

Em 2022, o volume de negócios (VN) ascende a **72.446 mESC**, representando um aumento de 15% face a 2021. Destaca-se a atividade de Gestão de Empreitadas, com um valor de 32.733 mESC, correspondendo a 45% do VN, referente ao *fee de gestão* cobrado pela Gestão das Empreitadas do PRRA e aos setores /entidades públicas, pela gestão dos contratos em execução, bem como a gestão do crédito de financiamento.

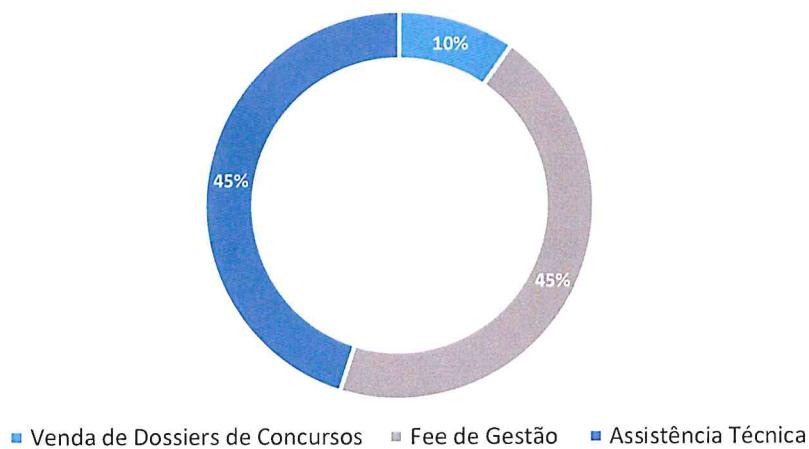


Figura 9: Volume de Negócios em 2021

De realçar que no ano 2022, os serviços prestados na gestão do PRRA representam apenas 15% do Volume de Negócios de 2022 (33% correspondente ao *fee* de gestão), enquanto, IMS representa 67%.

8.3. Rendimentos Operacionais

A ICV conclui o exercício de 2022 com um valor de rendimentos de 407.698 mESC, o que corresponde a um decréscimo de 47% relativamente ao ano anterior, justificado pela conclusão da maioria dos contratos, assim como o abrandamento na execução das obras em geral, conforme relatado no capítulo 5.

8.4. Gastos Operacionais

Os gastos operacionais registam um decréscimo de 46% face ao período homólogo 2021, o que representa um decréscimo de mESC 360.516, essencialmente justificado pelo abrandamento das obras, refletindo na diminuição da faturação em subcontratos.

A análise dos gastos operacionais totais permite concluir que as rúbricas com maior peso no total dos gastos continuam a ser os Fornecimentos e Serviços Externos (Subcontratos e outros) com 85%, Gastos com Pessoal (13%) e as amortizações (2%).

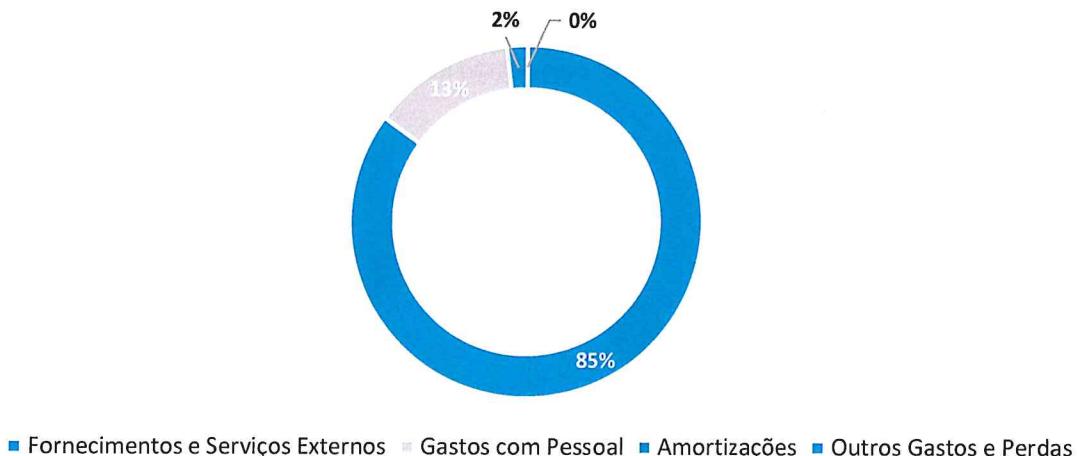


Figura 10: Estrutura dos Gastos Operacionais da ICV

Uma análise pormenorizada em relação às diferentes rúbricas de gastos com maior materialidade e que contribuíram para esse comportamento, permite-nos referir o seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

Nos Fornecimentos Externos, os gastos atingiram o montante de 334.923 mESC, representando uma diminuição na ordem dos 51%, justificado essencialmente pela variação em subcontratos, decomposto da seguinte forma:

Tabela 4: Fornecimentos e Serviços Externos em 2022 (valores em mESC)

Fornecimentos e Serviços Externos	2022	2021	VAR 22/21 %
Subcontratos	334.456	700.357	-52%
Outros FSE	20.467	21.744	-6%
Total	354.923	722.101	-51%

Subcontratos (FSE)

Os encargos com subcontratos refletem os contratos já firmados, cuja faturação emitida à ICV de projetos, empreitadas e fiscalização, relativos aos programas PRRA, IMS e Emergência, e regista uma diminuição da execução face a 2021 de 52% (- mESC 365.901) (ver ponto 5).

Em 2022, a atividade de Projetos/obras suportados **em subcontratações**, cerca de 90% estão relacionados com o desenvolvimento dos projetos para o Programa PRRA, 9 % com os projetos do Programa IMS⁴ relativos à execução dos protocolos assinados com os demais Setores e os restantes 1% com o programa Emergência no âmbito do protocolo assinado com o MIOTH.

Outros Fornecimentos e Serviços Externos

Os outros Fornecimentos e Serviços Externos atingiram os 20.467 mESC, apresentando uma diminuição de 6% face ao valor registo no ano anterior.

Os honorários, rendas e aluguéis, trabalhos especializados, deslocações e estadas, continuam a representar as componentes com maior peso em Outros FSE.

⁴ Nota-se que a maioria dos contratos do programa IMS são diretamente financiados pelos respetivos Setores, portanto, a faturação dos mesmos não está refletida na rubrica subcontratos, mas conta para o volume de contratos em gestão

Tabela 5: Outros FSE's em 2022 e 2021 (valores em mESC)

Outros FSE's	2022	2021	VAR 22/21 %
Rendas e alugueres	4.800	4.800	0%
Trabalhos especializados	4.212	1.928	118%
Honorários	1.537	5.952	-74%
Deslocações e estadas	1.524	2.231	-32%
Serviços de informática	1.324	741	79%
Combustíveis e outros fluidos	1.183	953	24%
Eletricidade	1.160	865	34%
Outros Fornecimentos e Serviços	832	761	9%
Material de escritório	820	630	30%
Comunicação	746	957	-22%
Conservação e reparação	601	270	123%
Limpeza, higiene e conforto	598	731	-18%
Publicidade e propaganda	424	156	172%
Água	292	213	37%
Despesas com serviços bancários	227	357	-36%
Seguros	70	74	-5%
Despesas de representação	57	29	95%
Contencioso e notariado	54	26	108%
Vigilância e segurança	6	-	0%
Estudos e pareceres	-	68	
Totais	20.467	21.744	-6%

Gastos com Pessoal

A rubrica gastos com pessoal, teve um aumento face ao ano anterior de 5.922 mESC (12%) em resultado de novas contratações e movimentações ocorridas no ano, atingiu o montante de 54.660 mESC. Representando 13 % dos gastos do período em 2022, os gastos com pessoal, tem a seguinte composição:

Tabela 6: Gastos com Pessoal em 2022 (valores em mESC)

Gastos com Pessoal	2022	2021	VAR 22/21 %
Remunerações do Pessoal	36.608	31.328	17%
Remunerações dos Órgãos Sociais	7.694	6.738	14%
Encargos s/remunerações	6.796	5.516	23%
Formação	1.945	1.548	26%
Acréscimo	1.537	3.056	-50%
Seg. de acidentes no trab. e doenças profissionais	68	67	2%
Outros gastos com pessoal	12	485	-98%
Total	54.660	48.738	12%

8.5. Investimentos / amortizações

As amortizações do exercício cifraram-se em 7.881 mESC em 2022, situando-se ligeiramente acima (+11%) do montante contabilizado no ano anterior. Embora em termos consolidados as amortizações do exercício tenham permanecido num patamar semelhante ao do ano anterior.



8.6. Estrutura Patrimonial

No final de 2022, o ativo da ICV ascendia a 1.624.219 mESC e o capital próprio e o passivo eram de 94.536 e 1.529.683 mESC, respetivamente. A liquidez geral (ativo corrente/passivo, corrente) é de 1,10, a autonomia financeira é de 5,8%.

Durante o ano houve realização do capital remanescente no valor de 41.000 mESC, pelo que o capital social subscrito e realizado em 2022 ascende a 135.000 mESC.

Tabela 7: Rúbricas de Balanço (valores em mESC)

Rúbricas Balanço	2022	2021	VAR 21/20 %
Total Ativo	1.624.219	1.164.307	40%
Total Passivo	1.529.683	1.100.959	39%
Capital Próprio	94.536	63.347	49%

O **Ativo Não Corrente** teve um aumento de 101%, maioritariamente justificado pelo valor a receber do Fundo do Turismo, no âmbito do financiamento dos blocos residenciais.

O **Ativo Corrente** em 2022 teve um aumento de 13% face a 2021 com destaque para aumento de caixa e depósito bancárias e clientes em 148 milhões de escudos (31%) e 23 milhões de escudos (50%) respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2022, o **Capital próprio** total ascendeu a 94.536 mESC, 31.189 mESC acima do capital próprio de 63.347 mESC existente no final do ano anterior.

Ainda no que respeita ao capital próprio é de salientar que na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 4 de fevereiro de 2022, foi aprovada a realização do remanescente do capital social no valor de 41.000 mESC e efetivado em setembro de 2022.

Nesta senda, o aumento do capital próprio atribuível ao acionista da ICV resultou maioritariamente da realização e subscrição do capital social (+41.000 mESC) e do impacto da situação líquida do ano, justificada pelo prejuízo gerado do ano.

O **Passivo** regista um saldo de 1.529.685 mESC, representando cerca de 94% do total do balanço. Registamos um aumento de 39% face a 2021 com destaque a rubrica *financiamentos obtidos* (+437.560 mESC), relativo ao empréstimo com Aval do Estado para financiar a construção dos blocos

residenciais nas ilhas do Sal e Boavista, no âmbito do programa de realojamento, sendo todos os encargos deste financiamento assumidos pelo Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo.

Os Fluxos de caixa refletem igualmente a performance positiva do exercício 2022, mas também a sustentabilidade da atividade, demonstrando a capacidade da empresa em honrar as suas responsabilidades, mesmo face aos desafios acrescidos registados no ano de 2022.

8.7. Estrutura Económico-Financeira

Uma análise da síntese de indicadores económico-financeiros apresentados no quadro seguinte devem ser analisados em conjunto com as demonstrações financeiras e as correspondentes notas anexas.

Tabela 8: Indicadores Económico-Financeiros

INDICADORES ECONÓMICOS -FINANCIEROS	2022	2021
TESOURARIA		
Liquidez Geral	1,10	1,05
ESTRUTURA FINANCEIRA		
Autonomia Financeira	5,8%	5,4%
Nível de Endividamento	94,2%	94,6%
Solvabilidade Total	6,2%	5,8%
RENDIBILIDADE		
Rendibilidade do Capital Próprio	-10,4%	-21,8%
Rendibilidade do Ativo Total	-0,6%	-1,2%
Rendibilidade Operacional do VN	-13,5%	-22,5%
Rentabilidade Líquida do VN	-13,5%	-22,0%
CONTRIBUTO ECONÓMICO		
Efetivos	29	29
VAB (mESC)	281.077	659.341
EBITDA (mESC)	1930	7.011
Margem EBITDA (%)	-2,7%	-11,2%

9. CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Desde a criação da Infraestruturas de Cabo Verde, SA, não obstante a atipicidade dos dois últimos 3 exercícios, toda a atuação da empresa esteve alinhada com os Objetivos Estratégicos definidos e estes, por sua vez, alinhados com as orientações generalistas emanadas da Tutela do Setor no que concerne à gestão dos programas de infraestruturação do país, nomeadamente o cumprimento do prazo, respeitando o orçamento e com qualidade.

Os objetivos de gestão da ICV resultam de um conjunto de indicadores (Tabela 10) definidos aquando da elaboração do Plano de Negócios para o triénio 2019-2021 que abarcam transversalmente a atividade da empresa e permitem controlar, ao longo do ano, a performance da empresa, comparando os resultados com as metas preconizadas.

Da Tabela 10 depreende-se que algumas metas foram atingidas e outras até superadas em 2022, principalmente as que dizem respeito aos Objetivos Estratégicos 1 e 2. Contudo, alguns indicadores revelam que ainda existe espaço para melhorias e que não houve evolução de 2021 para 2022. Este facto é justificado pelo advento da Pandemia da COVID-19 e da Guerra na Ucrânia, que acabou relegando algumas iniciativas para o segundo plano.

Tabela 97: Indicadores Estratégicos da ICV

Metas por objetivo	Indicador	Base (2019)	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	Meta (2022)	Méio de verificação
ASSEGURAR A OPERACIONALIDADE DA ICV								
1.1. Empresa dotada de orgânicas afetadas com a sua missão e de um quadro de pessoal adequado em quantidade e com as competências necessárias	Nº de técnicos Nº de técnicos de formação	Empresa SEM organica e SEM quadro de pessoal	25 Técnicos 44% dos formados	31 Técnicos 34% dos formados	29 Técnicos 10% deles formados	29 Técnicos 11% deles formados	38 Técnicos 15% deles formados	Quadro de pessoal Relatório de atividades
1.2. Empresa com imagem institucional e instrumentos de gestão	Nº de instrumentos de gestão	SEMINCS SEM instrumento interno, SEM manual de serviços, SEM sistema de avaliação de desempenho	3 instrumentos de gestão	4 instrumentos de gestão	5 instrumentos de gestão	6 instrumentos de gestão	6 instrumentos de gestão	Empresa com os 64 instrumentos de gestão aprovados e implementados até 2021
1.3. Empresa com sustentabilidade financeira	EBITDA	Empresa SEM orientação financeira e de financiamento	EBITDA = \$ 675.000 C/VE	EBITDA(2020) = \$ 16.197.151 C/VE	EBITDA(2021) = \$ 19.000.000 C/VE	EBITDA = \$ 26.511 contos	EBITDA (economia do relatório) = 26.511 contos	Relatório de Contas
1.4. Empresa estável e com engajamentos adequados	Nº de Relatórios de Execução Operacional	Empresa SEM rede de SEM engajamentos	Sistema de SEM engajamentos	Empresa instaurada e com engajamentos	Empresa instaurada e com engajamentos	Empresa instalada e com engajamentos elevados para os colaboradores	Item 31/12/2020	Relatório de Atividades/Relatório de Contas
1.5. Empresa com um sistema de reportes periódicos formalmente definido e de conhecimento dos stakeholders relevantes	Exibição da Visão para o horizonte 2030	Empresa SEM sistema de reporte periódico	3 Balanços de execução operacional	4 Relatórios de execução operacional	4 Relatórios de execução operacional	Relatório Trimestral de execução Operacional publicados periodicamente no site	Relatório Trimestral de execução Operacional publicados periodicamente no site	Relatório Trimestral de execução Operacional publicados periodicamente no site
GARANTIR A GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARENTE DAS OBRAS PÚBLICAS								
2.1. Todas as obras e projetos/estudos de infraestruturas públicas sob gestão da ICV e variadas em unidades gerenciadas	Nº de Obras Públicas sob gestão da ICV iii) valor de novos contratos assinados	Nova obra, projeto/estudo sob gestão da ICV	57 obras e 1 projeto/estudo sob gestão da ICV	70% das obras e 1 projeto/estudo sob gestão da ICV	70% das obras e 1 projeto/estudo sob gestão da ICV	90% das obras e 1 projeto/estudo sob gestão da ICV	90% sob gestão da ICV	Todas as obras e projetos/estudos sob gestão da ICV em 2022
2.2. Concessões de empreitadas angariadas com, pelo menos, 50% de concorrentes	% de Concursos lançados com antiprojeto	Mais de 10% das concessões lançadas com antiprojetos	s.d.	60% das concessões lançadas com antiprojetos	100% das concessões lançadas com antiprojetos	100% das concessões lançadas com antiprojetos	100% das concessões de empresas vinculadas com antiprojetos	Relatório de atividades
2.3. Empresa com procedimento de Contratação Pública transparente, eficiente	% de deliberações da CRC a favor da ICV durante média entre o anúncio do concurso e a assinatura do contrato	Procedimentos de Contratação Pública transparentes e eficientes	s.d.	20% das deliberações da CRC a favor da ICV	100% das deliberações da CRC a favor da ICV	80% das deliberações da CRC a favor da ICV	80% das deliberações da CRC a favor da ICV	Relatório de atividades
2.4. Execução sustentável das obras públicas, minimizando as demandas de preza e custo	% de trabalho a maior eficiência	Delays media entre o anúncio do concurso e a assinatura do contrato igual a 70 dias	s.d.	Delays médio entre o anúncio do concurso e a assinatura do contrato igual a 70 dias	Delays médio entre o anúncio do concurso e a assinatura do contrato igual a 70 dias	Média de trabalhos a maior eficiência é 51%	Média de trabalhos a maior eficiência é 51%	Relatório de atividades
	% de trabalhos complementares executados	Delays executados por contratação direta e menor a 15% (preço e prazo)	< 15%	Média de trabalhos a maior eficiência é 20%	Média de trabalhos a maior eficiência é 20%	Média de trabalhos a maior eficiência é 22%	Média de trabalhos a maior eficiência é 22%	Relatório de atividades
	% de contratos concluídos no prazo	50% dos contratos concluídos no prazo	5%	Média de trabalhos a maior eficiência é 20%	Média de trabalhos a maior eficiência é 20%	Média de trabalhos complementares executados é 50%	Média de trabalhos complementares executados é 50%	Relatório de atividades
	% de contratos geridos em plataforma eletrônica	50% dos contratos geridos em plataforma eletrônica	0%	100% dos contratos geridos em plataforma eletrônica	100% dos contratos geridos em plataforma eletrônica	100% dos contratos geridos em plataforma eletrônica	100% dos contratos geridos em plataforma eletrônica	Relatório de atividades
APÓIA NA DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURAÇÃO								
3.1. Informações sobre infraestruturas relevantes organizadas, digitalizadas e gerenciadas de forma sistemática	% de infraestruturas relevantes cadastradas no SINIFRA Nº de acessos ao SINIFRA	Empresa SEM anúncios e SEM sistema de informação adequado	s.d.	20% das infraestruturas relevantes cadastradas no SINIFRA	20% das infraestruturas relevantes cadastradas no SINIFRA	20% das infraestruturas relevantes cadastradas no SINIFRA	20% das infraestruturas relevantes cadastradas no SINIFRA	website
3.2. Auxiliar no percentual de utilização das infraestruturas relevantes e planejar e sua manutenção	% de infraestruturas relevantes contempladas no Plano de Infraestruturação	Descrever o uso das infraestruturas relevantes no Brasil	s.d.	s.d.	s.d.	n/a	70% das infraestruturas relevantes contempladas no Plano de Infraestruturação	Relatório de atividades
3.3. Execução de um quadroário para a definição das prioridades de investimentos em infraestruturas	Iniciação de um Plano Estratégico de Infraestruturação	Iniciação de um Plano Estratégico de Infraestruturação	s.d.	s.d.	s.d.	Inicia-se a elaboração do PN	Iniciação de um Plano Estratégico de Infraestruturação que define as prioridades de investimento	Relatório de atividades
3.4. Cumprimento da legislação e das boas práticas em matéria de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho no setor das infraestruturas	Nº de Acidentes de trabalho nas Obras Públicas	Nº de Acidentes de trabalho nas Obras Públicas	s.d.	s.d.	s.d.	0	0 Acidentes de Trabalhos nas Obras Públicas	Relatório de atividades
3.5. Captação de fontes de financiamento alternativas ao OE	Nº de fontes alternativas de financiamento	-	s.d.	s.d.	s.d.	2	Existência de 2 fontes de financiamento alternativas ao OE	Relatório de atividades



10. PERSPECTIVAS FUTURAS

A ICV prevê a continuidade das operações em que tem vindo a atuar, ainda que influenciada pelos impactos da situação económica mundial, negativamente afetada pela situação de guerra na Ucrânia e das suas diversas consequências. Sem prejuízo disso e tendo presente a relevância da gestão de projetos nos rendimentos operacionais da empresa, recorda-se que a Carteira de contratos em gestão se fixou em 31 de dezembro de 2022 no valor global de 2.678.245 milhares de escudos.

A 8 de abril de 2022 terminou o mandato do atual CA, assim como o período de implementação do Plano de Negócios em vigor. Apesar de ainda não se ter nomeado um novo CA, este deverá ter como prioridade a elaboração de um novo Plano Estratégico, que definirá o caminho a seguir a médio (2026) e longo prazo (2030), e que reforçará o compromisso com a infraestruturação sustentável, a par da implementação do PEDS II, assumindo em pleno o papel da infraestruturação no suporte a modelos de crescimento equilibrados do ponto de vista social, ambiental e económico.

Desde dezembro de 2022 a ICV tem vindo a liderar a elaboração do Plano Nacional de Infraestruturas e continuará essa liderança durante o ano de 2023. Ainda deverá constar dos objetivos da ICV a implementação de mecanismos alternativos de financiamento aos programas de infraestruturação, principalmente, em modalidades de Parceria Público Privada.

Por último, refira-se que a ICV tem vindo a trabalhar na preparação do Projeto de Melhoria da Conectividade e Infraestruturas (P-178644), financiado pelo Banco Mundial, no qual estará sob gestão da ICV uma carteira de projetos de US\$15.000.000. Além deste projeto, a ICV estará, nos próximos anos, a gerir projetos de outros parceiros do desenvolvimento, tais como, LuxDEV (Promosan, orçado em €2.000.000); BADEA/Fundo Kuwait (Bairros Periféricos da Praia, orçado em €30.000.000 e Saneamento Santo Antão, orçado em €8.000.000).

11. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

A data de fecho do presente Relatório e Contas não se registam eventos que terão reflexos na posição financeira consolidada, que sejam dignos de reportar.

12. OUTRAS DIVULGAÇÕES REQUERIDAS

Dando cumprimento ao novo Código das Sociedades Comerciais, em vigor desde outubro de 2019, as seguintes informações complementares constam do anexo às demonstrações financeiras: (i) número e valor nominal das ações (nas notas 10 e 19), (ii) saldos e transações com partes relacionadas (na nota 20) e (iii) informações sobre remuneração dos auditores (na nota 15) e membros dos órgãos sociais (na nota 15), e (iv) da exposição da Empresa a riscos de crédito, liquidez, taxa de juro e cambial (na nota 1.8).

13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos estatutários e do Código das Empresas Comerciais, submete à apreciação da Assembleia Geral o presente Relatório e Contas relativo a 2022, propondo que seja aprovada a aplicação do **Resultado Líquido negativo do Exercício de 9.811.206 Escudos** (nove milhões, oitocentos e onze mil escudos) para:

- **Resultados Transitados: - 9.811.206 CVE**

14. APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os administradores da Infraestruturas de Cabo Verde, enquanto responsáveis pela preparação, integridade e objetividade das demonstrações financeiras, as quais compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e as Notas explicativas correspondentes ao exercício findo a 31 de dezembro de 2022, declaram a conformidade destas informações, os quais traduzem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Empresa nessa data.

Declararam, igualmente, que o relatório de gestão expõe de forma fiel a evolução dos negócios, que inclui as carteiras do ativo e do passivo, estando os principais riscos identificados e avaliados convenientemente segundo as normas do SNCRF, entre outras. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 auditadas e constantes das páginas seguintes foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de abril de 2022 e vão ser assinadas em seu nome. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial.



15. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o relatório referente a atividade desenvolvida durante o exercício de 2022, o Conselho de Administração aproveita a oportunidade para expressar os seus mais sinceros agradecimentos a todas as entidades públicas e privadas que, direta ou indiretamente, têm apoiado e colaborado com a empresa.

É gratificante assinalar, perante um contexto difícil, o relacionamento de confiança com que os clientes, fornecedores e outros parceiros de negócio, nomeadamente as instituições financeiras, nos têm honrado.

Aos membros dos restantes órgãos sociais, bem como aos auditores, manifesta-se também o nosso reconhecimento pela forma e rigor com que exerceram as suas funções.

Finalmente, é merecedor de reconhecimento o espírito de profissionalismo e sentido de dever dos colaboradores, com cujo esforço e dedicação à Empresa foram determinantes para ultrapassar os exigentes desafios que se lhe deparam e sulcar os caminhos conducentes à indispensável criação de valor.

Praia, 14 de abril de 2022

O Conselho de Administração,


Presidente
Carlos Filipe Correia e Silva


Administradora Executiva
Ana Paula Andrade Rodrigues


Administrador Executivo
Luís Samir da Conceição Moreira

16. ANEXOS



16.1. ANEXO I

Quadro de concursos/procedimentos

Nº	Empreitada	Objeto Contrato	Município	Ilha	Tipo de Procedimento			Preço Base	Anúncio/ Carta Convite	Ato Público	Relatório Final	Adjudicatário	Valor Contrato	Status	Observações
					Ajuste Direto	Restrito	Público								
3	Nº 01/2022_IMS_ME_SV/CPN Construção do Piso Wascal	Empreitada	São Vicente	São Vicente		x	-	12/01/2022	25/02/2022	22/03/2022	MF Group	29 537 386,00 ECV	Concluído	Concluído	
4	Nº 02/2022_IMS_PR_ADI/CPN Pavilhão do Povo	Empreitada	São Vicente	São Vicente	x		-	17/01/2022	-	-	Sina	8 195 882,97 ECV	Concluído	Concluído	
5	Nº 03/2022_IMS_ME_STN/AD Fiscalização da Empreitada de Construção da Repartição das Finanças de Santa Catarina	Fiscalização	Santa Catarina	Santiago	x		-	11/02/2022	-	-	Cadique	-	Deliberação de Cancelamento	Cancelado	
6	Nº 04/2022_IMS_MJ_STN/CPN Complexo A do Campo da Justiça	Empreitada	Praia	Santiago		x	-	16/02/2022	04/03/2022	22/03/2022	Placa Construções	15 952 630,05 ECV	Concluído	Concluído	
7	Nº 05/2022_IMS_MOC_SV/CPN Conservação e restauro dos marmoreados do corredor e telhado Sudeste do CNAD	Prestação de Serviço	São Vicente	São Vicente	x		-	01/03/2022	-	-	Oporcalis	2 474 015,18 ECV	Concluído	Concluído	
8	Nº 06/2022_IMS_MOC_SV/CR Carpintaria CNAD	Prestação de Serviço	São Vicente	São Vicente	x		-	07/03/2022	-	-		-	Cancelado	Cancelado	
9	Nº 07/2022_IMS_MOC_SV/AD Cestaria CNAD	Prestação de Serviços	São Vicente	São Vicente	x		-	11/03/2022	-	-	Oficina José Mota	500 000,00 ECV	Concluído	Concluído	
10	Nº 08/2022_IMS_MOC_SV/AD Serralheria CNAD	Prestação de Serviços	São Vicente	São Vicente	x		-	11/03/2022	-	-	Oficina Lizardo	11 553 319,00 ECV	Concluído	Concluído	
11	Nº 09/2022_IMS_MSS_SV/CPN Centro de Saúde da Orla das Palmas	Empreitada	Porto Novo	Santa Antônia		x	110 000 000,00 ECV	16/03/2022	21/04/2022	07/06/2022	MF Group / Placa Construções	104 749 415,00 ECV	Assinatura Contrato	Em curso	
12	Nº 10/2022_IMS_ME_STN/AD Fiscalização da Empreitada de Construção da Repartição das Finanças de Santa Catarina - Eletrotécnica	Fiscalização	Santa Catarina	Santiago	x		-	22/03/2022	-	-	Vanílio Cunha	525 000,00 ECV	Concluído	Concluído	
13	Nº 11/2022_IMS_ME_STN/AD Fiscalização da Empreitada de Construção da Repartição das Finanças de Santa Catarina - Construção Civil	Fiscalização	Santa Catarina	Santiago	x		-	22/03/2022	-	-	Nadir Frederico	1 050 000,00 ECV	Concluído	Concluído	
14	Nº 12/2022_IMS_MOC_SV/AD Carpintaria CNAD - Edifício A	Prestação de Serviço	São Vicente	São Vicente	x		-	04/04/2022	-	-	Carpilux / Oficina Freitas	7 656 168,63 ECV	Concluído	Concluído	
15	Nº 13/2022_IMS_MOC_SV/AD Carpintaria CNAD - Edifício B	Prestação de Serviço	São Vicente	São Vicente	x		-	04/04/2022	-	-	Nova Linha	4 029 513,60 ECV	Concluído	Concluído	
16	Nº 14/2022_IMS_SV/CPN Remodernização da Rede Comercial dos Correios de Cabo Verde - Loja Mindelo	Empreitada	São Vicente	São Vicente		x	-	13/04/2022	20/05/2022	30/06/2022	MF Group	11 474 274,89 ECV	Concluído	Concluído	
17	Nº 15/2022_IMS_ME_STS/CPN Remodernização da Edificação Galerias - Lotes 1, 2 e 3	Empreitada	Praia	Santiago		x	-	20/04/2022	03/05/2022	07/06/2022	Branco Construções	21 838 927,00 ECV	Concluído	Concluído	
18	Nº 16/2022_IMS_MOC_SV/AD Design de Interiores no CNAD	Prestação de Serviços	São Vicente	São Vicente	x		-	27/04/2022	-	-	Cad Engenharia	17 665 577,00 ECV	Concluído	Concluído	
19	Nº 17/2022_IMS_MAI_STS/AD Remodernização da DIGIT em Achada São Filipe	Empreitada	Praia	Santiago	x		-	04/05/2022	-	-	Borges Construção	8 705 811,00 ECV	Concluído	Concluído	
20	Nº 18/2022_IMS_ME_STS/CR Remodernização 3º Andar da Sede da Direção Nacional de Recetas do Estado (DNE)	Empreitada	Praia	Santiago	x		5 500 000,00 ECV	11/05/2022	23/05/2022	06/06/2022	Varela Engenharia	5 100 514,54 ECV	Concluído	Concluído	
21	Nº 19/2022_IMS_MIDH_STS/AD Remodernização da envoltória do edifício do LEC	Empreitada	Praia	Santiago	x		-	16/05/2022	-	-	Da Veiga Construção	4 962 200,00 ECV	Concluído	Concluído	
22	Nº 20/2022_IMS_ME_STS/CPN Construção do Tribunal de Contas	Empreitada	Praia	Santiago	x		180 000 000,00 ECV	15/05/2022	26/07/2022	24/10/2022	-	176 862 335,00 ECV	Concluído	Concluído	
23	Nº 21/2022_IMS_MSS_SV/CR Fiscalização da Empreitada de Construção do Posto de Saúde de Palmeira	Fiscalização	Sal	Sal	x		-	25/05/2022	14/06/2022	27/06/2022	Arqui.M	1 722 639,30 ECV	Aguarda cabimentação	Em curso	
24	Nº 22/2022_IMS_MOC_SV/CR Fiscalização da Empreitada da Orla Marítima do Paul	Projeto	Paul	Santa Antônia		x	-	01/06/2022	06/09/2022	-		-	Relatório Preliminar	Em curso	
25	Nº 23/2022_IMS_MJ_STN/CPN Projeto do Condomínio do Campus da Justiça	Projeto	Praia	Santiago		x	-	08/06/2022	14/07/2022	23/08/2022	Arqui.M	5 318 000,00 ECV	Concluído	Concluído	
26	Nº 24/2022_IMS_IDI_STS/AD Substituição da Rebaixadeira do Estádio Nacional	Empreitada	Praia	Santiago	x		-	08/06/2022	-	-	Carthage Turf	34 600 597,12 ECV	Concluído	Concluído	
27	Nº 25/2022_IMS_IDI_STS/AD Aquisição de Equipamentos desportivos para o Estádio Nacional	Aquisição de Bens Móveis	Praia	Santiago	x		-	08/06/2022	-	-	Emobel	6 976 000,00 ECV	Concluído	Concluído	
28	Nº 26/2022_IMS_ME_SV/CR Realização da Execução da Orla Marítima do Paul	Fiscalização	Ribeira Grande	Santa Antônia	x		-	14/06/2022	28/06/2022	15/07/2022	Darq	4 070 000,00 ECV	Aguarda cabimentação	Em curso	
29	Nº 27/2022_IMS_ME_STN/CPN Fiscalização da Empreitada de Reabilitação da Residência de Formandos e Formadores de Pedra Badejo	Fiscalização	Santa Cruz	Santiago		x	-	15/06/2022	06/07/2022	28/07/2022	H2E Progest	3 150 000,00 ECV	Concluído	Concluído	
30	Nº 28/2022_PRA_EU_EV/SA/AD Fabricação e montagem do Letreiro na Orla Marítima da Calheta	Prestação de Serviços	São Miguel	Santiago	x		-	15/06/2022	-	-	Deco Design	2 000 000,00 ECV	Concluída	Concluída	
31	Nº 29/2022_IMS_ME_SV/AD Fiscalização da Empreitada de Construção do Piso Wascal	Fiscalização	Mindelo	São Vicente	x		-	14/07/2022	-	-	MG - Projetos e Fiscalização	500 000,00 ECV	Concluído	Concluído	
32	Nº 30/2022_IMS_ME_STS/CPN Realização do edifício ex Tribunal Militar no Plateau	Empreitada	Praia	Santiago		x	-	20/07/2022	02/09/2022	06/10/2022	-	21 450 063,68 ECV	Anúncio de Cancelamento Publicado	Cancelado	
33	Nº 31/2022_IMS_MJ_SV/AD Cisterna da Cadeia Central	Empreitada	Mindelo	São Vicente	x		-	08/08/2022	-	-	Sina	951 888,00 ECV	Assinatura contrato	Em curso	
34	Nº 32/2022_PRA_EU_LINHA_1,2_SV/CR Fiscalização da Empreitada de Requalificação Urbana e Ambiental de Alto de Bomba	Fiscalização	Mindelo	São Vicente	x		-	25/08/2022	09/09/2022	-	-	-	Cancelado	Cancelado	
35	Nº 33/2022_IMS_ME_STS/CPN Construção do Complexo Educativo de Chã de Matias	Empreitada	Sal	Sal		x	120 000 000,00 ECV	07/09/2022	28/10/2022	08/03/2023	-	119 512 321,09 ECV	Entrega das propostas	Em curso	
36	Nº 34/2022_CCV_STN/VIAD Fiscalização da Empreitada de Remodelação da Rede Comercial dos Correios de Cabo Verde - Loja do Mindelo	Fiscalização	Mindelo	São Vicente	x		-	07/09/2022	-	-	MG - Projetos e Fiscalização	480 000,00 ECV	Assinatura contrato	Em curso	
37	Nº 35/2022_IMS_MJ_STS/CPN Reabilitação e Ampliação da Cadeia Central da Praia - 1ª Fase	Empreitada	Praia	Santiago		x	110 000 000,00 ECV	14/09/2022	21/10/2022	-	-	-	Cancelado	Cancelado	
38	Nº 36/2022_PRA_EU_LINHA_1,2_SV/AD Reabilitação do edifício ex Tribunal Militar no Plateau	Fiscalização	São Vicente	Santiago	x		-	16/09/2022	-	-	H2E Progest	2 494 585,00 ECV	Concluído	Concluído	
39	Nº 37/2022_IMS_ME_STS/CPN Fiscalização da Empreitada de Construção da sede do Tribunal de Contas	Fiscalização	Praia	Santiago		x	-	21/09/2022	10/11/2022	28/11/2022	-	7 155 000,00 ECV	Entrega das propostas	Em curso	
40	Nº 38/2022_IMS_ME_STS/CPN Reabilitação da Execução da Orla Marítima da Calheta de São Miguel	Empreitada	Praia	Santiago	x		70 000 000,00 ECV	12/10/2022	18/11/2022	19/03/2023	-	66 636 276,20 ECV	Entrega das propostas	Em curso	
41	Nº 39/2022_CCV_STN/VIAD Reabilitação da Execução da Orla Marítima da Calheta de São Miguel	Fiscalização	Praia	Santiago	x		4 054 367,00 ECV	19/10/2022	-	-	H2E Progest	4 054 367,00 ECV	Em curso	Em curso	
42	Nº 40/2022_PRA_EU_EV/STN/AD Fiscalização da Execução da Orla Marítima da Calheta de São Miguel	Fiscalização	São Miguel	Santiago	x		-	21/10/2022	-	-	Sistema Ingeniería	1 095 000,00 ECV	Concluída	Concluída	
43	Nº 41/2022_IMS_ME_STS/CPN Reabilitação da Execução do ex Tribunal Militar no Plateau	Empreitada	Praia	Santiago	x		16 500 000,00 ECV	02/11/2022	15/10/2022	05/01/2023	-	-	Em curso	Em curso	
44	Nº 42/2022_PRA_EU_IJM/FG/CR Fiscalização da Execução da Orla Marítima da Calheta de São Miguel	Fiscalização	São Miguel	Fogo	x		-	09/11/2022	-	-	Sistema Ingeniería	3 955 000,00 ECV	Concluído	Concluído	
45	Nº 43/2022_CCV_STS/CPN Reabilitação da Execução da Orla Marítima da Calheta de São Miguel	Empreitada	Praia	Santiago		x	9 000 000,00 ECV	23/10/2022	29/12/2022	-	-	8 264 413,18 ECV	Em curso	Em curso	
46	Nº 44/2022_CCV_STN/CPN Reabilitação da Execução da Orla Marítima da Calheta de São Miguel	Empreitada	Praia	Santiago		x	15 500 000,00 ECV	23/10/2022	29/12/2022	-	-	14 435 271,68 ECV	Em curso	Em curso	
47	Nº 45/2022_IMS_INGT/CR Reabilitação da Execução da Orla Marítima da Calheta de São Miguel	Empreitada	Mindelo	São Vicente	x		4 000 000,00 ECV	23/10/2022	06/12/2022	-	-	3 822 500,00 ECV	Em curso	Em curso	
48	Nº 46/2022_IMS_MJ_STS/CPN Reabilitação e Ampliação da Cadeia Central da Praia	Empreitada	Praia	Santiago		x	180 000 000,00 ECV	29/11/2022	12/01/2023	22/03/2023	-	-	Em curso	Em curso	



ANEXO II
Contratos de empreitada em curso a 31/12/2022

#	Código do Contrato	Empreitada	Data de Consignação	Programa	Valor Total do Contrato em CVE (€/IVN)	Execução Financeira (%)	Execução Física (%)	Status da Empreitada	Data Prevista de Conclusão
1	30/2019_PRRA_EV_STN	Requalificação da Orla Marítima de Calheta de São Miguel	10/01/2020	PRRA	156 187 910,00	99,97	100	Vistoria Trabalhos Pendentes	28/02/2023
2	07/UGA/DGI-MIOTH/2017	Reabilitação do Edifício da DNRE - Praia	27/05/2019	IMS	70 836 248,94	0,00	98	n/d	
3	46/2019_IMS_MSSS_STS	Remodelação da Lavandaria do HAN e Criação do Espaço para Câmara Hiperbárica	24/01/2020	IMS	4 935 836,00	0,00	90	Suspensão	n/d
4	24/2020_IMS_MAI_SV/CPN	Empreitada de Construção da Esquadria de Monte Sossego	17/03/2021	IMS	72 421 464,00	80,60	90	Em curso	30/04/2023
5	56/2019_PRRA_EV_STN	Requalificação da Orla Marítima do Tarrafal	05/06/2020	PRRA	71 685 042,00	99,11	95	Vistoria	11/02/2023
6	56/2019_PRRA_EII_FG	Requalificação de Arredamentos de São Filipe	16/03/2020	PRRA	98 125 142,00	60,40	55	Em curso	31/03/2023
7	33/2019_PRRA_EI_SA	Requalificação da Cidade de Ponta do Sol	31/01/2020	PRRA	80 959 340,53	90,75	85	Em curso	15/03/2023
8	42/UGA/DGI-MIOTH/2019	Reabilitação do Centro de Saúde de Sal Rei	24/07/2019	IMS	118 481 724,80	60,75	81	Em curso	30/06/2023
9	25/UGA/MIOTH_DGI/2018	Construção da Central de Consultas Ambulatoriais	08/11/2019	IMS	463 335 316,26	55,67	55	Suspensão	
10	35/UGA/DGI-MIOTH/2018	Construção do Centro de Terapia Ocupacional	18/06/2019	IMS	150 737 988,00	96,69	98	Em curso	31/01/2023
11	38/2019_PRRA_EI_Linha1_1_M	Requalificação da Cidade de Porto Ingles	13/03/2020	PRRA	91 326 868,92	94	83	Em Curso	31/01/2023
12	47/2019_IMS_MSSS_STS	Centro Imagiologia Hospital Agostinho Neto	13/07/2020	IMS	11 642 504,50	0,00	95	Suspensão	
13	12/2020_PRRA_EII_SN_CPN	Requalificação do Espaço Público de Preguiça	24/10/2020	PRRA	56 980 224,00	96,25	99	Em curso	20/02/2023
14	21/2020_IMS_MSSS_SL/CPN	Unidade Previdência Social INPS - Espargos - Sal	26/10/2021	IMS	176 328 694,00	36,85	27	Em curso	19/08/2023
15	05/2021_IMS_MF_SL/CPN	Empreitada de remodelação da Repartição das Finanças do Sal	04/07/2022	IMS	14 523 908,00	66,81	85	Em curso	18/03/2022
16	002/UGA/DGI-MIOTH/2019	Empreitada de construção da Repartição das Finanças de Santa Catarina	05/05/2022	IMS	18 492 568,00	72,86	75	Suspensão	n/d
17	20/2021_IMS_ME_STS/CPN	Empreitada de Construção do Novo Liceu da Várzea	14/01/2022	IMS	580 948 304,00	40,81	45	Em curso	29/09/2023
18	11/2021_CCV_FGI_CPN	Remodelação da Rede Comercial dos Correios - Mosteiros	31/01/2022	IMS	12 456 205,33	88,79	90	Em curso	31/01/2023
19	20/2020_IMS_MSSS_SL/CPN	Posto Sanitário de Palmeira	20/04/2022	IMS	38 451 186,00	56,02	56	Em curso	09/05/2023
20	08/2022_IMS_MICIC_SV/AD	Serralharia no Centro Nacional de Artesanato e Design (CNAD) do Mindelo	02/05/2022	IMS	11 553 319,00	66,27	98	Suspensão	n/d
21	16/2022_IMS_MICIC_SV/AD	Design de Interior no Centro Nacional de Artesanato e Design (CNAD) do Mindelo - edifício B	05/05/2022	IMS	12 866 897,00	52,71	90	Suspensão	n/d
22	23/2020_IMS_MSSS_STS/CPN	Remodelação do Hospital da Trindade	16/11/2021	IMS	87 399 329,00	51,75	27	Em curso	2024
23	22/2021_IMS_ME_STN/CPN	Empreitada de Reabilitação da Residência de Formandos e Formadores de Pedra Bradejo	10/06/2022	IMS	43 638 348,66	15,54	45	Em curso	10/06/2023
24	17/2022_IMS_MAI_STS/AD	Empreitada de Remodelação da Delegação da Direção Geral dos Transportes Rodoviários	02/06/2022	IMS	13 622 537,00	62,58	70	Em curso	17/03/2023
25	15/2022_IMS_MF_STS/CPN_L1	Empreitada de Remodelação do Edifício Galerias - Lote 1 - UASE	19/07/2022	IMS	27 318 412,00	78,69	85	Em curso	15/03/2023
26	15/2022_IMS_MF_STS/CPN_L2	Empreitada de Remodelação do Edifício Galerias - Lote 2 - DGEPFP	29/06/2022	IMS	20 186 207,30	72,67	85	Em curso	31/03/2023
27	15/2022_IMS_MF_STS/CPN_L3	Empreitada de Remodelação do Edifício Galerias - Lote 3 - Áreas Comuns	29/06/2022	IMS	10 598 857,47	67,04	90	Em curso	31/03/2023
28	01/2022_IMS_ME_SV/CPN	Empreitada de Construção o Piso Wascal	16/06/2022	IMS	29 537 586,00	20,31	15	Suspensão	n/d
29	19/2022_IMS_MIOTH_STS/AD	Empreitada de Remodelação da Envolvente do Edifício do Laboratório de Engenharia Civil (LEC) - Tira Chapéu, Ilha de Santiago	20/07/2022	PRRA	4 962 200,00	90,00	100	Em curso	31/01/2022
30	18/2022_IMS_ME_STS/CR	Empreitada de Remodelação do 3º Andar da Sede da Direção Nacional de Receitas do Estado (DNRE)	26/09/2022	IMS	7 581 571,15	57,20	50	Em curso	28/02/2023

31	11/2020_PRRA_ELINHA12_SV_CPN	Empreitada de Requalificação Urbana e Ambiental de Alto de Bomba	09/11/2022	PRRA	90 000 000,00	24,27	9	Em curso	09/08/2023
32	26/2020_IMS_MIT_SV/CPN	Empreitada de Remodelação do edifício afeto ao Cartório e Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel de São Vicente	09/11/2022	IMS		22,61	11	Em curso	31/12/2023
33	34/2021_CCV_SN/CR	Empreitada de Remodelação da Rede Comercial dos Correios de Cabo Verde - Loja de Tarrafal	28/11/2022	IMS	9 960 100,00	0,00	13	Suspensão	n/d
		TOTAL							2 678 245 583,21

16.3. ANEXO III

Contratos consignados e Contratos concluídos em 2022

CONTRATOS CONSIGNADOS		
Código da Empreitada	Empreitada	Data de Consignação
05/2021_IMS_MF_SL/CPN	Empreitada de remodelação da Repartição das Finanças do Sal	04/07/2022
002/UGA/DGI-MIOTH/2019	Empreitada de construção da Repartição das Finanças de Santa Catarina	05/05/2022
26/UGA/MJ/2021	Reabilitação da Vedação Exterior do Centro Sócio Educativo Orlando Pantera	18/01/2022
20/2021_IMS_ME_STS/CPN	Empreitada de Construção do Novo Liceu da Várzea	14/01/2022
06/2021_CCV_SL/CPN	Remodelação da Rede Comercial dos Correios - Santa Maria	24/01/2022
10/2021_CCV_SV/CPN	Remodelação da Rede Comercial dos Correios - Monte Sossego	24/01/2022
11/2021_CCV_FG/CPN	Remodelação da Rede Comercial dos Correios - Mosteiros	31/01/2022
13/2021_CCV_ST/CPN	Remodelação da Rede Comercial dos Correios - Cidade Velha	21/01/2022
13/2021_CCV_STS/CPN	Remodelação da Rede Comercial dos Correios - São Domingos	21/01/2022
20/2020_IMS_MSSS_SL/CPN	Posto Sanitário de Palmeira	20/04/2022
04/2022_IMS_MJ_STS/CPN	Campus de Justiça – Complexo A	30/05/2022
05/2022_IMS_MCIC_SV/AD	Conservação e restauro dos marmoreados do corredor e teto sudoeste do Centro Nacional de Artesanato e Design do Mindelo	06/05/2022
07/2022_IMS_MCIC_SV/AD	Cestaria no Centro Nacional de Artesanato e Design (CNAD) do Mindelo	21/04/2022
13/2022_IMS_MCIC_SV/AD	Carpintaria no Centro Nacional de Artesanato e Design (CNAD) do Mindelo - Edifício B	20/04/2022
08/2022_IMS_MCIC_SV/AD	Serralharia no Centro Nacional de Artesanato e Design (CNAD) do Mindelo	02/05/2022
12/2022_IMS_MCIC_SV/AD	Carpintaria no Centro Nacional de Artesanato e Design (CNAD) do Mindelo - Edifício A	04/05/2022
16/2022_IMS_MCIC_SV/AD	Design de Interior no Centro Nacional de Artesanato e Design (CNAD) do Mindelo - Edifício B	05/05/2022
22/2021_IMS_ME_STN/CPN	Empreitada de Reabilitação da Residência de Formandos e Formadores de Pedra Badejo	10/06/2022
17/2022_IMS_MAi_STS/AD	Empreitada de Remodelação da Delegação da Direção Geral dos Transportes Rodoviários	02/06/2022
15/2022_IMS_MF_STS/CPN_L1	Empreitada de Remodelação do Edifício Galerias - Lote 1 - UASE	19/07/2022
15/2022_IMS_MF_STS/CPN_L2	Empreitada de Remodelação do Edifício Galerias - Lote 2 - DGEPEP	29/06/2022
15/2022_IMS_MF_STS/CPN_L3	Empreitada de Remodelação do Edifício Galerias - Lote 3 - Áreas Comuns	29/06/2022
01/2022_IMS_ME_SV/CPN	Empreitada de Construção o Piso Wascal	16/06/2022
19/2022_IMS_MIOTH_STS/AD	Empreitada de Remodelação da Envolvente do Edifício do Laboratório de Engenharia Civil (LEC)_Tira Chapéu, Ilha de Santiago	20/07/2022
18/2022_IMS_ME_STS/CR	Empreitada de Remodelação do 3º Andar da Sede da Direção Nacional de Receitas do Estado (DNRE)	26/09/2022
11/2020_PRRA_EILINHA12_SV_CPN	Empreitada de Requalificação Urbana e Ambiental de Alto de Bomba	09/11/2022
26/2020_IMS_MJT_SV/CPN	Empreitada de Remodelação do edifício afeto ao Cartório e Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel de São Vicente	09/11/2022



34/2021_CCV_SN/CR	Correios de Tarrafal de São Nicolau	28/11/2022
CONTRATOS CONCLUÍDOS		
Código da Empreitada	Empreitada	Data de Receção Provisória
55/2019_PRRA_EIV_LINHA 4_1_ST	Reabilitação do Campo de Concentração do Tarrafal	23/02/2022
09/UGA/MIOTH_DGI/2019	Empreitada de Remodelação das Futuras Instalações do CNE	08/03/2022
23/2021_IMS_PR_STS/AD	Presidência da República - Conclusão	07/03/2022
40/2019_PRRA_EIV_STN	Reabilitação da Igreja de Nha Santa Catarina - Santa Catarina	12/08/2022
51/2019_PRRA_EI_LINHA1_1STN/CPN	Requalificação Urbana de Pedra Badejo	21/01/2022
37/2019_PRRA_EI_LINHA1_1_FG	Requalificação Urbana de Cova Figueira	11/05/2022
41/UGA/DGI-MIOTH	Construção do Centro de Saúde de Assomada	14/09/2022
02/UGA/MIOTH	Reabilitação e Ampliação da Cadeia Regional do Fogo	16/08/2022
17/2019_PRRA_EV_SV	Requalificação de Baía das Gatas	23/11/2022
23/UGA/DGI-MIOTH/2018	Construção do CNAD	29/07/2022
34/2019_PRRA_EIII_BR	Requalificação de Nova Sintra	07/11/2022
43/2019_PRRA_EIII_ST	Requalificação do Centro Histórico Bairro Craveiro Lopes	03/02/2022
58/2020_IMS_MAI_ST/CR	Antigo Prédio INMG para Proteção Civil	31/01/2022
02/2021_CCV_ST/CPN - L1	Remodelação da Rede Comercial dos Correios - Lote 1 - Palmarejo	10/03/2022
02/2021_CCV_ST/CPN - L2	Remodelação da Rede Comercial dos Correios - Lote 2 - Fazenda	10/03/2022
04/2021_CCV_ST/CR	Remodelação da Rede Comercial dos Correios - Loja de Sal Rei - Boavista	09/08/2022
24/2021_IMS_MF_SA/AD	Empreitada de remodelação da Repartição das Finanças de Porto Novo	09/03/2022
26/UGA/MJ/2021	Reabilitação da Vedação Exterior do Centro Sócio Educativo Orlando Pantera	13/07/2022
02/2021_CCV_ST/CPN_L3	Remodelação da Rede Comercial dos Correios - Santa Cruz	22/12/2022
06/2021_CCV_SL/CPN	Remodelação da Rede Comercial dos Correios - Santa Maria	21/09/2022
13/2021_CCV_ST/CPN	Remodelação da Rede Comercial dos Correios - Cidade Velha	17/10/2022
04/2022_IMS_MJ_STS/CPN	Campus de Justiça – Complexo A	13/10/2022
05/2022_IMS_MCIC_SV/AD	Conservação e restauro dos marmoreados do corredor e teto sudoeste do Centro Nacional de Artesanato e Design do Mindelo	19/07/2022
07/2022_IMS_MCIC_SV/AD	Cestaria no Centro Nacional de Artesanato e Design (CNAD) do Mindelo	08/09/2022
13/2022_IMS_MCIC_SV/AD	Carpintaria no Centro Nacional de Artesanato e Design (CNAD) do Mindelo - Edifício B	08/09/2022
12/2022_IMS_MCIC_SV/AD	Carpintaria no Centro Nacional de Artesanato e Design (CNAD) do Mindelo - Edifício A	08/09/2022

PARTE II

Demonstrações Financeiras e

Notas às Contas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INFRAESTRUTURAS DE CABO VERDE, S.A.

Sede: Prédio Avenida, 2.º Andar

Av. Cidade de Lisboa, Várzea – Praia, Santiago, Cabo Verde

NIF: 280794100

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

	Designação	Notas	Data de referência	
			31/12/22	31/12/21
ATIVO				
Ativo não corrente:				
Ativos fixos tangíveis	3		59	103
Equipamento básico			3.187	3.999
Equipamento de transporte			8.113	11.651
Equipamento administrativo			1.231	2.773
Outros ativos fixos tangíveis				
Ativos Intangíveis	4		1.959	3.134
Programas de computador			690.096	329.512
Outras contas a receber	7		704.644	351.172
Ativo corrente:				
Clientes	5		67.484	44.975
Estado e Outros Entes Públicos	6		242	242
Outras Contas a Receber	7		217.778	282.790
Diferimentos	8		841	273
Caixa e Depósitos Bancários	9		633.230	484.856
			919.575	813.135
Total do Ativo			1.624.219	1.164.307
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio:				
Capital Realizado	10		135.000	94.000
Reservas Legais			212	212
Resultados transitados			(30.864)	(17.066)
Resultados do exercício			(9.811)	(13.799)
			94.536	63.347
Passivo não corrente:				
Financiamentos Obtidos	11		690.096	329.512
			690.096	329.512
Passivo corrente:				
Adiantamento de Clientes	5		3	-
Estado e Outros Entes Públicos	6		7.544	19.938
Acionistas/Sócios	12		-	2.013
Financiamentos Obtidos	11		152.055	75.079
Outras Contas a Pagar	13		676.859	670.496
Diferimentos	8		3.126	3.921
			839.587	771.447
Total do capital próprio e passivo			1.624.219	1.164.307

O Conselho de Administração

Joneia & Filho

Azevedo
Boreira

Direção de Gestão de Recursos

Ricardo

Contabilista Certificado

Leonor F. Ferreira Pinto

INFRAESTRUTURAS DE CABO VERDE, S.A.

Sede: Prédio Avenida, 2.º Andar

Av. Cidade de Lisboa, Várzea – Praia, Santiago, Cabo Verde

NIF: 280794100

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 1 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

Designação	Notas	Período	
		2022	2021
Vendas e Prestações de serviços	14	72.446	62.759
Resultado Operacional Bruto		72.446	62.759
Fornecimento e Serviços Externos	15	(353.523)	(722.101)
Valor Acresentado Bruto		(281.077)	(659.341)
Gastos com o pessoal	16	(54.660)	(48.738)
Outros rendimentos e ganhos	17	333.852	701.164
Outros gastos e perdas		(46)	(96)
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos financeiros e impostos		(1.930)	(7.011)
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	18	(7.881)	(7.091)
Resultado Operacional (antes de perdas/ganhos financeiros e impostos)		(9.811)	(14.102)
Juros e ganhos similares obtidos		-	303
Resultados antes de impostos		(9.811)	(13.799)
Imposto sobre o rendimento do período	6	-	-
Resultado Líquido do Período		(9.811)	(13.799)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital		(9.811)	(13.799)
Resultado por acção (Escudos)	19	(73)	(147)

O Conselho de Administração

Direção de Gestão de Recursos

Contabilista Certificado

*J. Gonçalves & Filho
A. Almeida
B. Boreira*

*A. Almeida J. Gonçalves & Filho
L. Ferreira, J. Gonçalves & Filho*

INFRAESTRUTURAS DE CABO VERDE, S.A.

Sede: Prédio Avenida, 2.º Andar

Av. Cidade de Lisboa, Várzea – Praia, Santiago, Cabo Verde

NIF: 280794100

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 1 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

Designação	Notas	Período	
		2022	2021
<u>Fluxo de caixa das Atividades operacionais:</u>			
Recebimentos de clientes		32.487	22.531
Pagamentos ao pessoal		(43.676)	(36.429)
		<i>Caixa gerada pelas operações:</i>	
		(11.189)	(13.898)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	(122)
Outros recebimentos/pagamentos		(316.626)	(206.901)
		Fluxos de caixa das Atividades operacionais (1)	(327.815)
			(220.921)
<u>Fluxos de caixa das Atividades de investimento:</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(357)	(969)
Ativos intangíveis		-	(2.206)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		-	243
		Fluxos de caixa das Atividades de investimento (2)	(357)
			(2.932)
<u>Fluxos de caixa das Atividades de financiamento:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		437.560	404.591
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		41.000	-
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		(2.013)	-
		Fluxos de caixa das Atividades de financiamento (3)	476.547
			404.591
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		148.375	180.738
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	9	484.856	304.118
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9	633.230	484.856

O Conselho de Administração

Direção de Gestão de Recursos

Contabilista Certificado

INFRAESTRUTURAS DE CABO VERDE, S.A.

Sede: Prédio Avenida, 2.º Andar

Av. Cidade de Lisboa, Várzea – Praia, Santiago, Cabo Verde

NIF: 280794100

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 1 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

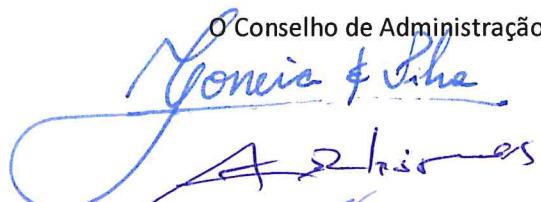
(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

Designação	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					Total
		Capital realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado líquido do período		
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	94.000	212	2.013	(19.078)	77.146	
Resultado líquido do período		-	-	-	(13.799)	(13.799)	
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	(13.799)	(13.799)	
OPERações COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Realizações de capital	3	-	-	-	-	-	
OUTRAS OPERAÇÕES							
Aplicação do resultado do ano anterior	4	-	-	-	(19.078)	19.078	
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2021	1+2+3+4	10	94.000	212	(17.066)	(13.799)	63.347
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	1	94.000	212	(17.066)	(13.799)	(9.811)	63.347
Resultado líquido do período		-	-	-	(9.811)	(9.811)	
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	(9.811)	(9.811)	
OPERações COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Realizações de capital	3	41.000	-	-	-	41.000	
OUTRAS OPERAÇÕES							
Aplicação do resultado do ano anterior	4	-	-	-	(13.799)	13.799	
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2022	1+2+3+4	10	135.000	212	(30.864)	(9.811)	94.536

O Conselho de Administração

Direção de Gestão de Recursos

Contabilista Certificado








INFRAESTRUTURAS DE CABO VERDE, S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Todos os montantes estão expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos - mESC)

INFORMAÇÃO GERAL

A Infraestruturas de Cabo Verde, S.A. (doravante designada por ICV ou Empresa) é uma sociedade anónima de capitais públicos, criada a 18 de fevereiro 2019, através do Decreto-Lei n.º 7/2019.

O capital social da Empresa, realizado, no montante de mESC 135.000, é detido na sua totalidade pelo Estado de Cabo Verde, que nos termos do artigo 13º da Lei n.º 58/IX/2019, de 29 de julho 2019, em substituição da Lei n.º 104/VIII/2016, de 6 de janeiro de 2016, exerce a função acionista através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com faculdade de delegação, e através dos ministérios, nas matérias que lhes dizem respeito.

A ICV reveste a natureza de empresa pública sob a forma de sociedade anónima, e tem como missão a promoção da infraestruturação sustentável de Cabo Verde, especificamente:

- a) Apoiar, em coordenação com outros organismos competentes, a elaboração dos planos setoriais de infraestruturação do país, nos termos do estabelecido nos seus Estatutos;
- b) Apoiar o Governo na elaboração do Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas de Cabo Verde (PETI-CV);
- c) Auxiliar o Estado na gestão das infraestruturas públicas concessionadas;
- d) Apoiar o planeamento e realizar a gestão das obras públicas do Estado;
- e) Preparar e promover em condições previamente negociadas e definidas, em representação do Estado, na qualidade de dono da obra, concursos ou consultas para adjudicar, celebrar contratos, fiscalizar, receber e entregar as obras do Estado ao seu destinatário;
- f) Assegurar a gestão eficiente das infraestruturas administrativas e sociais do Estado;
- g) Participar ativamente na gestão dos ativos físicos aplicados às infraestruturas públicas;

- h) Preparar e promover em condições previamente negociadas e definidas, em representação do Estado, concursos para adjudicação da elaboração de quaisquer tipos de estudos, consultorias e projetos nos domínios das infraestruturas;
- i) Coordenar e gerir, em representação do Estado, projetos de infraestruturação financiados por parceiros externos;
- j) Colaborar com outras entidades competentes na elaboração da legislação e regulamentação relacionadas com infraestruturas de transporte, hidráulicas, saneamento, escolares, hospitalares, administrativas, sociais, atividades de construção civil e obras públicas, produção e importação de materiais e equipamentos de construção civil e obras públicas;
- k) Elaborar e propor estudos de viabilidade técnico-económica referentes a projetos relacionados com o domínio das infraestruturas, obras públicas e construção civil;
- l) Conceber, elaborar, dirigir e apreciar estudos e projetos no domínio das infraestruturas;
- m) Assegurar a aplicação das normas sobre contratação pública e sobre construção, constantes em disposições legais;
- n) Assegurar a boa qualidade dos projetos de obras públicas, a equidade, a transparência e o rigor nos concursos e na contratação das obras e das infraestruturas públicas;
- o) Conceber e gerir a base de dados dos projetos de infraestruturas públicas e dos contratos de obras públicas;

A ICV rege-se pelo Decreto-Lei n.º 7/2019, de 18 de fevereiro, pelos seus estatutos, publicados em anexo àquele diploma legal e que dele fazem parte integrante, pelo regime jurídico do setor público empresarial e das empresas públicas, consagrado no Decreto-Lei n.º 104/VIII/2016, de 6 de janeiro de 2016, pelo Código das Sociedades Comerciais, pelos regulamentos internos bem como pelas normas especiais que lhe sejam aplicáveis.

A ICV encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Praia, com o número de Identificação Fiscal 280 794 100 e com sede no Prédio Avenida, 2º Andar, Av. Cidade Lisboa, Várzea - Praia, Santiago.

Fontes de Financiamento

Para financiar o seu funcionamento, a ICV deverá contar com as seguintes fontes de receitas, conforme os seus Estatutos:

- a) O produto de taxas, emolumentos e outras receitas cobradas por serviços prestados no âmbito da sua atividade, a ser definida em legislação própria;
- b) O produto da venda de publicações e de processos patenteados para efeitos de adjudicação de projetos e obras;
- c) Os rendimentos provenientes de aplicações financeiras;
- d) Os lucros ou dividendos das sociedades em que participa;
- e) Os rendimentos de bens próprios e o produto da sua alienação e da constituição de direito sobre eles.

NOTA 0 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, para divulgação em 14 de abril 2023.

NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

1.1. Ativos fixos tangíveis e depreciações

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados pelo custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor acrescido de despesas de compra e instalação, líquido das respetivas depreciações acumuladas e, caso houver, de perdas de imparidade (ver Notas 1.3 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Empresa e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Anos de vida útil	
Equipamento transporte	5-8
Equipamento administrativo	4-10
Outros ativos fixos tangíveis	3-10

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente.

Os ativos fixos tangíveis doados à Empresa por terceiros são apresentados nas respetivas rubricas com contrapartida na rubrica Subsídios para investimentos (ver Nota 8), sendo depreciados na

mesma base e às mesmas taxas que os restantes bens de natureza idêntica adquiridos pela Empresa, sendo o respetivo gasto compensado em outros rendimentos e ganhos (ver Nota 17), pela redução, em igual montante, da rubrica Subsídios para investimentos.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível, quando ocorrem, é determinado como a diferença entre os proventos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

1.2. Ativos intangíveis e amortizações

Os ativos intangíveis estão valorizados pelo custo de aquisição e as amortizações são calculadas de acordo com a portaria 42/2015, de 24 de agosto, cujas taxas refletem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens, tendo sido usado para o respetivo cálculo o método das quotas constantes.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas, caso houver (ver Nota 1.3 e 4).

1.3. Imparidade de ativos

Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um ativo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.4. Caixa e Depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos bancários” inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço - Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

1.5. Capital próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital social não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.6. Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação quando incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado. São classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Todos os custos inerentes ao empréstimo obtido (ver Nota 11) são da responsabilidade do Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo, razão pela qual os mesmos não se encontram reconhecidos na demonstração de resultados da Empresa (ver Notas 7 e 11).

1.7. Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,44%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2019 a 2022 podem vir a ser corrigidos.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida

em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.8. Reconhecimento do crédito

Os proveitos decorrentes das vendas são reconhecidos na Demonstração de Resultados por naturezas quando os riscos e as vantagens significativas inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidas para o comprador. Os proveitos associados à prestação de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço.

1.9. Gestão de riscos financeiros

A atividade da ICV encontra-se exposta a diversos tipos de riscos financeiros, tais como:

(i) Risco Cambial

O risco cambial é reduzido, dado que a Empresa celebra os contratos em moeda nacional ou no valor equivalente com o câmbio à data, privilegiando o Euro como moeda de referência devido à paridade fixa com o Escudo Cabo-verdiano.

(ii) Risco da taxa de juro

O financiamento obtido destina-se à execução das empreitadas de construção de blocos residenciais nas Ilhas do Sal e da Boavista, sendo os custos advénticos desse financiamento da responsabilidade do Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo (ver Nota 11), não estando a ICV sujeita ao risco da variação da taxa de juro.

(iii) Risco de crédito

A exposição da ICV ao risco de crédito está associada às contas a receber decorrentes da atividade operacional (dívida de prestações de serviços a clientes). A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro. Este risco é reduzido, considerando que o principal cliente é o Estado.

(iv) Risco de Liquidez

A Empresa apresenta fundo de maneio positivo na ordem dos mESC 80.000 (2021: cerca de 43.000), pelo que não enfrenta dificuldades de liquidez.

1.10. Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas no Balanço nas rubricas de Outras contas a receber e Outras contas a pagar.

1.11. Responsabilidades assumidas para com o pessoal

Em conformidade com a legislação em vigor, os trabalhadores têm direito a 22 dias úteis de férias remuneradas, anualmente, que se vencem no dia 1 de janeiro de cada ano, representando um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento.

A Empresa reconhece, em cada exercício, as responsabilidades que concernem aos gastos com as férias vencidas e não gozadas, até o final do mesmo exercício. Estas responsabilidades encontram-se apresentadas no balanço na rubrica “Outras contas a pagar”.

Os trabalhadores encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Empresa qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.12. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expetável virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias atuais.

NOTA 2 – FLUXOS DE CAIXA

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa.

NOTA 3 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nestas rubricas decompõem-se como segue (em mESC):

Ativos fixos tangíveis	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Total Geral
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2021					
Valor de aquisição	-	5.762	17.232	4.175	27.169
Depreciação acumulada	-	(941)	(1.448)	(572)	(2.961)
Valor escriturado	-	4.821	15.784	3.603	24.208
VARIAÇÕES EM 2021					
Valor liquidado Inicial	-	4.821	15.784	3.603	24.208
Aquisições	135	-	40	842	1.017
Depreciação do exercício	(32)	(823)	(4.173)	(1.672)	(6.700)
Valor líquido	103	3.999	11.651	2.773	18.525
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021					
Valor de aquisição	135	5.762	17.272	5.017	28.186
Depreciação acumulada	(32)	(1.763)	(5.622)	(2.244)	(9.661)
Valor escriturado	103	3.999	11.651	2.773	18.525
VARIAÇÕES EM 2022					
Valor liquidado Inicial	103	3.999	11.651	2.773	18.525
Aquisições	-	-	637	133	133
Depreciação do exercício	(44)	(812)	(4.175)	(1.675)	(6.706)
Valor líquido	59	3.187	8.113	1.231	11.952
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022					
Valor de aquisição	135	5.762	17.909	5.149	28.319
Depreciação acumulada	(77)	(2.575)	(9.797)	(3.919)	(16.367)
Valor escriturado	59	3.187	8.113	1.231	11.952

Em 2022 as adições compreendem, essencialmente, em (i) Equipamento administrativo, a aquisição de um relógio biométrico e (ii) Outros ativos tangíveis, a aquisição de um aparelho de ar condicionado.

Das adições aos ativos fixos tangíveis, em 2021, destacam-se, essencialmente, em Outros ativos tangíveis, as obras de remodelação do novo escritório da ICV, no montante de mESC 842.

NOTA 4 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica decompõem-se como segue (em mESC):

Ativos fixos intangíveis	Programas de computador
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2021	
Valor de aquisição	1.657
Depreciação acumulada	(51)
Valor liquido	1.606
VARIAÇÕES EM 2021	
Valor liquidado Inicial	1.606
Aquisições	1.919
Depreciação do exercício	(391)
Valor liquido	3.134
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021	
Valor de aquisição	3.575
Depreciação acumulada	(441)
Valor escriturado	3.134
VARIAÇÕES EM 2022	
Valor liquidado Inicial	3.134
Depreciação do exercício	(1.175)
Valor liquido	1.959
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022	
Valor de aquisição	3.575
Depreciação acumulada	(1.617)
Total	1.959

Em 2021 as adições compreendiam, essencialmente, a conclusão dos contratos para o desenvolvimento da Plataforma de gestão de contratos (SINFRA) e o fornecimento do Software de Gestão de Primavera, nos montantes de mESC 1.271 e mESC 648, respetivamente.

NOTA 5 – CLIENTES

O saldo a receber de clientes corresponde ao *fee* de gestão do programa IMS cobrado aos Ministérios pela gestão física e financeira das obras no âmbito dos protocolos celebrados entre as partes. O saldo decompõe-se como segue (em mESC):

	Cientes	2022	2021
MINISTERIO DA SAUDE		26.121	22.435
FUNDO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO TERCEIROS		11.063	1.028
MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO - MIOTH		10.461	10.003
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		6.455	8.353
MINISTERIO DA CULTURA		3.517	460
INSTITUTO DO DESPORTO E DA JUNVENTUDE (IDJ, I.P)		2.756	-
CORREIOS DE CABO VERDE, SARL		1.342	294
UNIDADE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO		1.282	-
DIRECÇÃO NACIONAL DE RECEITAS DO ESTADO		1.211	673
UNIDADE DE GESTÃO DE PROJECTOS ESPECIAIS- UGPE		761	-
DIRECÇÃO GERAL DO PATRIMONIO DO ESTADO		663	563
MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA		571	720
PRESIDENCIA DA REPUBLICA		550	-
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA		303	445
INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DE TERRITÓRIO GAA		175	-
WASCAL - THE WEST AFRICAN SCIENCE SERVICE CENTRE ONCLIMATE CHANGE AND ADAPTED LAND USE		75	-
INSTITUTO DE EMPREGO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL- I E F P		32	-
INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL		9	-
A.C.E. PRRA_O		138	-
Total		67.484	44.975

Não se considera necessário reconhecer qualquer perda por imparidade, por referência a critérios de avaliação técnico-comercial.

NOTA 6 – ESTADOS E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O saldo à data do balanço decompõe-se como segue (em mESC):

	Estado e outros entes públicos	2022	2021
Ativo			
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC)	242	242	
Total	242	242	
Passivo			
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6.005	18.342	
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS)	683	892	
Segurança Social	855	704	
Total	7.544	19.938	

(i) Imposto Sobre Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC)

O saldo desta rubrica no ativo inclui os pagamentos fracionados, feitos por conta do imposto do período.

Os prejuízos fiscais resumem-se como segue (mESC):

Apuramento IRPC	2022	2021	2020
Resultado antes de Imposto	(9.811)	(13.799)	(19.078)
A adicionar:			
Despesas de representação - 50%	29	15	4
Impostos e Coimas	-	-	58
Os impostos e outros não esteja autorizado a suportar	15	72	10
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	-	2	-
Tributação autónoma	-	-	2
Resultado fiscal do exercício	(9.767)	(13.710)	(19.004)

O reporte fiscal acumulado totaliza mESC 42.481 e os respetivos Impostos diferidos ativos ascendem a mESC 9.533, os quais não foram registados devido à imprevisibilidade da sua recuperação dentro do período de reporte fiscal.

(ii) Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

Corresponde ao processamento do IVA do mês de dezembro, pago em janeiro de 2023. Em 2021, incluía ainda o imposto relativo aos meses de março e abril, resultante da substituição do Modelo 106.

(iii) Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS)

Corresponde ao processamento do mês de dezembro das retenções efetuadas no processamento de remunerações do pessoal efetivos e honorários.

(iv) Segurança Social

Corresponde ao processamento do mês de dezembro das contribuições da Empresa para a previdência social.

NOTA 7 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo decompõe-se como segue (em mESC):

Outras contas a receber		2022	2021
Corrente			
Acréscimos de Rendimentos			
Fee de Gestão	(i)	-	10.488
PRRA	(ii)	1	3.413
Restantes Protocolos	(ii)	-	152
	(A)	1	14.053
Devedores Diversos			
Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo	(iii)	130.325	84.968
Estado de Cabo Verde	(iv)	64.340	138.388
ACE - PRRA-0		9.842	-
Câma Municipal de São Vicente		4.000	4.000
K.H. IMOBILIARIO, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA		400	400
VIVO ENERGY CABO VERDE, SA		287	112
Empreiteiros	(v)		
Evolution Engenharia S.A. Sucursal de Cabo Verde		6.753	14.134
Empreitel Figueiredo, S.A.		-	13.303
PRÓ-SANTANA		402	402
CAD - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, LDA		239	239
A3 - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, LDA		211	211
Borges Construção Lda		188	1.423
Pilar Construção		178	585
Placa Construções		91	2.349
Rotex Construções e Srvícos Lda		4	3.310
Construfer		3	666
Firma Alves Cardoso, Lda		-	1.333
SCI- Spencer Construções Imobiliária, Lda.		-	838
CGR - CONSTRUÇÃO GERAL E ROBUSTO, S.U.P, Lda		-	656
ADIMAR - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO,LDA		-	489
VLS - Construções, Sociedade Unipessoal, Lda		-	438
Outros, inferiores a mESC 200		514	492
	(B)	217.777	268.737
Não Corrente			
Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo	(iii)	690.096	329.512
	(C)	690.096	329.512
Saldo total de Outras contas a receber			
Corrente	(A) + (B)	217.778	282.790
Não Corrente	(C)	690.096	329.512

Acréscimos de rendimentos

Em 2021, os acréscimos de rendimentos compreendiam, essencialmente, (i) mESC 8.496 referentes ao fee de gestão faturados ao Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo (FSST) em 2022 (ver Nota 14), mas respeitantes a serviços prestados em 2021 e (ii) mESC 3.413 e mESC 152 destinados a compensar a totalidade dos gastos associados às faturas dos empreiteiros recebidas em 2022, mas referentes a serviços prestados em 2021, no âmbito do Programa de Requalificação, Reabilitação e



Acessibilidades (PRRA) e dos restantes protocolos, registados por contrapartida de Outras contas a pagar – Acréscimos de gastos (ver Nota 13).

Devedores Diversos

(iii) Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo

O saldo desta rubrica, no montante de mESC 820.421, compreende (i) mESC 842.151 (2021: 404.591) correspondentes à contrapartida do valor utilizado do financiamento bancário contraído para a execução das empreitadas de construção dos blocos residenciais nas ilhas do Sal e Boavista, cujos encargos são da responsabilidade do Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo, nos termos do Acordo Tripartido-celebrado entre a ICV, o FSST e as Câmaras Municipais do Sal e da Boavista (ver Nota 11), (ii) mESC 35.918 (2021: mESC 7.043) e mESC 22.281 (2021: mESC 17.336) referentes, aos juros vencidos e custos administrativos do financiamento, respetivamente, e (iii) deduzido de mESC 79.929 (2021: mESC 14.490) reembolsados pelo FSST.

A parcela não corrente corresponde ao capital do empréstimo também classificado como não corrente (ver Nota 11).

(iv) Estado de Cabo Verde – PRRA

O saldo corresponde aos pagamentos efetuados aos empreiteiros no âmbito das obras do PRRA, deduzido dos adiantamentos recebidos do Estado de Cabo Verde.

(v) Empreiteiros

Os saldos correspondem aos valores remanescentes dos adiantamentos efetuados aos empreiteiros, tendo por base os contratos de empreitadas celebrados no âmbito do PRRA e IMS, cujas obras serão executadas no exercício seguinte.

NOTA 8 – DIFERIMENTOS

O saldo decompõe-se como segue:

Diferimentos	2022	2021
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	220	108
Outros gastos a reconhecer	621	165
Total	841	273
Diferimentos (Passivo)		
Subsídios para Investimentos	(3.126)	(3.921)
Total	(3.126)	(3.921)

Diferimentos (passivos)

O saldo da rubrica corresponde ao valor das viaturas recebidas em 2019 do MIOTH - Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação de Cabo Verde no montante de mESC 5.651, líquido das respectivas compensações de depreciações acumuladas no montante de mESC 2.525, dos quais mESC 796 referentes ao exercício de 2022 (ver Notas 1.1, 3 e 17).

NOTA 9 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe de caixa e equivalentes eram o seguinte (em mESC):

	Caixa e depósitos bancários	2022	2021
Caixa		7	19
Depósitos à ordem			
International Investment Bank	431.809	335.943	
Caixa Económica de Cabo Verde	86.160	18.969	
Banco Comercial do Atlântico	72.652	129.925	
Banco BAI Cabo Verde	42.601	-	
	633.223	484.836	
Total	633.230	484.856	

Os outros recebimentos/pagamentos da atividade operacional no valor de mESC 316.626, evidenciados na Demonstração de Fluxos de Caixa, relacionam-se, essencialmente, com (i) os recebimentos no âmbito dos protocolos de gestão e acompanhamento de obras no montante de mESC 954.321, (ii) pagamento dos contratos de execução de obras no valor de mESC 1.721.817, (iii) pagamentos ao Estado dos impostos retidos (independentes, Tributo Especial Unificado e Prediais), Encargos INPS (16%) e do IVA, no montante total de mESC 63.542, (iv) recebimento da ASA, ao abrigo do acordo tripartido no valor de mESC 241.746 e (vi) devoluções de Fundo Turismo respeitante ao financiamento bancário de mESC 65.439.

NOTA 10 – CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos registados em 2022 e em 2021 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

O capital social da ICV segundo os estatutos ascende a mESC 135.000, tendo a parcela remanescente de mESC 41.000 sido realizada em 2022. Está representado por 135.000 ações de valor nominal de 1.000 CVE cada, detidas pelo Estado de Cabo Verde.

De acordo com a lei e os estatutos, pelo menos 5% do resultado líquido anual deverá ser afeto à constituição da Reserva legal até que se atinja, no mínimo, 20% do capital social.

As reservas legais só podem ser utilizadas para (i) cobrir a parte do prejuízo registado no balanço de cada exercício que não possa ser coberta pela utilização de outras reservas, (ii) cobrir os prejuízos transitados de exercícios anteriores que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas e (iii) incorporação no capital estatutário.

O resultado líquido negativo do exercício de 2021, no valor de mESC 13.799, foi transferido para resultados transitados.

NOTA 11 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O saldo decompõe-se como segue (em mESC):

	2022			2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Crédito sob a forma de mútuo:						
Caixa Económica de Cabo Verde	76.027	345.048	421.076	37 540	164 756	202 296
Banco BAI Cabo Verde	76.027	345.048	421.076	37 540	164 756	202 296
Total	152.055	690.096	842.151	75.079	329.512	404.591

Corresponde ao montante utilizado do crédito sob a forma de mútuo, contratado em junho de 2021, em regime de sindicato bancário, com a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Angolano de Investimentos, até ao limite de mESC 842 151, assegurado por cada um dos Bancos em 50%, destinado a apoiar o Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo (FSST) no financiamento da 3ª fase do Programa "Erradicação das Barracas e Realojamento nas Ilhas do Sal e da Boa Vista". A ICV é a Mutuária do crédito perante o Sindicato Bancário, sendo o pagamento do capital e dos juros da responsabilidade do FSST, nos termos dos Acordos Tripartidos assinados entre a ICV, o FSST e as respetivas Câmaras Municipais, pelo que saldo de igual montante encontra-se registado em Outras contas a receber (ver Notas 1.6 e 7).

O capital será reembolsado em 60 prestações mensais e consecutivas de capital e juros, após um período de carência inicial de 12 meses, estendido para 18 meses em 2022, e vence juros à taxa anual de 5%, vencendo a a 1ª prestação em janeiro 2023.

Como garantia do bom cumprimento de quaisquer obrigações ou responsabilidades emergentes do financiamento, foi concedido (i) o aval do Estado e (ii) a Carta conforto com compromisso firme e irrevogável do Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo, na qual o FSST assume o compromisso de reter os valores referentes à Taxa Turística afeta aos Municípios do Sal e da Boa Vista para os anos 2021 a 2027, inclusive, com vista a assegurar o cumprimento de todas as

obrigações pecuniárias de capital e juros, assumindo o pagamento de quaisquer responsabilidades vencidas e não pagas pela ICV, com expressa renúncia ao benefício da execução prévia.

NOTA 12 – ACIONISTAS/SÓCIOS

Em 2021, o saldo representava os dividendos relativos ao exercício de 2019, entretanto liquidados em 2022.

NOTA 13 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo decompõe-se como segue (em mESC):

Outras contas a pagar	2022	2021
Acréscimo de Gastos		
PRRA (ver Nota 7)	1	3.413
Pessoal - Encargos com férias	6.490	4.954
Serviços Especializados	1.023	869
	7.514	9.236
Outros Credores		
Adiantamentos recebidos:	(i)	
Ministério da Educação	129.081	629
Ministério das Infra-Estruturas, do O.T.H	85.087	144.446
ACE - PRRA SB	14.312	-
Ministério da justiça	71.453	100.960
Direção Geral do Património e Contratação Pública	70.219	86.462
Ministério da Saude	24.733	4.631
Chefia do Governo	23.880	-
Instituto Nacional de Gestão de território	21.814	17.002
PROJETO CVE/088 - APOIO À FORMAÇÃO PROFISSIONAL, E	13.259	-
Ministério de Administração Interna	3.090	3.345
DNRE- Direção Nacinal de Receita do Estado	2.951	13.363
Ministério da Cultura e Indústria Criativa	106	106
	459.986	370.944
Credores diversos:		
Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo	(ii)	117.334
Estradas de Cabo Verde	(iii)	61.844
Empreiteiros	(iv)	
EMPREITEL FIGUEIREDO, SA	15.637	11.298
SOCIEDAD DE INGENIERIA,SA - SUCURSAL	5.843	2.623
SEMICO, LDA	2.632	7.635
Construção Barreto S.A	805	805
Garantia Bancária Placa Construções	798	-
Riportico Engenharia	589	1.178
ÍNCENTIA	528	-
NOSI, E.P.E.	576	-
VLS CONSTRUÇÕES	415	672
SCI - SPENCER CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIA, LDA	344	14.626
Vilacelos - Construções, S. A.	-	31.933
TECNOVIA CV, LDA	-	26.280
Elevolution Engenharia Sa Sucursal De Cabo Verde	-	21.742
Rotex Construções e Srvicos Lda	-	10.570
Dekor - construção e Remodelação	-	10.369
Da Veiga Construção, Lda	-	8.173
Construções Figueiredo e Soares, S.A.	-	7.911
Cadique - Engenharia e Construções	-	1.172
CONSTRUFER, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA	-	663
Placa Construções	-	608
Outros, inferiores a 500.000 CVE	2.015	2.356
	209.360	290.316
Total	676.859	670.496

(i) Adiantamentos recebidos

Correspondem aos valores remanescentes dos adiantamentos recebidos no âmbito dos protocolos assinados, deduzidos de pagamentos efetuados aos empreiteiros, relativamente às obras das Infraestruturas Modernas e Seguras - IMS a serem executadas no exercício seguinte.



Credores diversos

(ii) Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo

O saldo desta rubrica representa o valor do empréstimo bancário, no montante de mESC 842 151, responsabilidade do FSST (ver Nota 11), destinado à execução das Empreitadas de Construção dos Blocos Residenciais nas Ilhas do Sal e da Boavista, deduzidos dos pagamentos efetuados aos empreiteiros no montante total de mESC 724 817.

(iii) Estradas de Cabo Verde

O saldo desta rubrica resulta de uma transferência para a conta bancária da Empresa efetuada pela Estradas de Cabo Verde no montante de mESC 112.444, no âmbito do Termo de Transferência de Verbas assinado entre as partes em 16 de agosto de 2019, destinada ao pagamento das faturas de adiantamentos de empreitadas de estradas, no âmbito do PRRA, tendo sido reembolsado à Estradas de Cabo Verde, até dezembro de 2022, o montante de mESC 50.600. O saldo remanescente está condicionado aos desembolsos da ASA, no âmbito da deliberação unânime do acionista nº 11/2022 de 7 de junho.

(iv) Empreiteiros

Os saldos resultam dos contratos de empreitadas celebrados no âmbito do PRRA e IMS.

NOTA 14 – VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Para a prossecução do seu objeto social a ICV vende *dossiers* de concursos para efeito de adjudicação de projetos de obras, presta assistência técnica e procede à cobrança de *fees* de gestão.

Vendas e prestação de serviços	2022	2021
Vendas de dossier	6.988	3.817
Prestação de serviços (fees de gestão)	32.733	49.160
Assistência técnica	32.725	9.783
Total	72.446	62.759

O *fee* de gestão compreende o *fee* cobrado no âmbito da gestão do PRRA e das Infraestruturas Modernas e Seguras – IMS, nos montantes de mESC 10.904 e mESC 21.829 (2021: mESC 11.641 e mESC 29.023), respetivamente, correspondentes a uma taxa fixa de 1% para o PRRA e uma taxa variável de 3% a 5% para o IMS (ver tabela abaixo) sobre o total do investimento realizado até à data do balanço, tendo por base uma ponderação, determinada pela Administração, de 20% para a fase de adjudicação dos projetos e 80% para a fase posterior de execução. Em 2021, compreendia ainda o montante cobrado ao Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo, no montante de mESC 8.496, pela gestão do financiamento bancário destinado à execução das Empreitadas de Construção

dos Blocos Residenciais nas Ilhas do Sal e da Boavista, reclassificado, em 2022, para Assistência técnica, visando a sua melhor classificação.

Pressupostos da Faturação Fee IMS (i)		
Fee 5%	Fee 4%	Fee 3%
Empreitadas fora da ilha de Santiago	Empreitadas na ilha de Santiago	Restantes Empreitadas
Valor Superior a 30.000.000\$00	Valor Superior a 30.000.000\$00	

O montante de mESC 32.725 refere-se, essencialmente, às assistências técnicas prestadas ao Ministério das Infraestruturas no âmbito da montagem do A.C.E. PRRA_O e A.C.E. PRRA_SB (mESC 10.623), custos administrativos de gestão do financiamento bancário de blocos residenciais (mESC 9.189), realização de projetos (mESC 6.692), projeto cidades coloridas (mESC 2.719), assistência administrativa prestado a A.C.E. PRRA_O (mESC 1.410) e o remanescente em estudos, parecer e levantamento aerofotogramétrico. Em 2021, o montante de mESC 9.783 referia-se essencialmente, às assistências técnicas prestadas ao Ministério das Infraestruturas no âmbito do Projeto Cidade colorida e à Direção Geral do Património do Estado referente à elaboração do projeto de construção da sede do Tribunal de Contas.

NOTA 15 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos a 31 de dezembro de 2022 é como se segue (em mESC):

Fornecimentos e serviços externos	2022	2021
Subcontratos - Empreitadas	333.056	700.357
Rendas e alugueres	4.800	4.800
Trabalhos especializados	4.212	1.928
Honorários	1.537	5.952
Deslocações e estadas	1.524	2.231
Servicos de informática	1.324	741
Eletrocidade	1.183	865
Combustíveis e outros fluidos	1.160	953
Outros fornecimentos e serviços	832	761
Material de escritório	820	630
Comunicação	746	957
Conservação e reparação	601	270
Limpeza, higiene e conforto	598	731
Publicidade e propaganda	424	156
Água	292	213
Despesas com serviços bancários	227	357
Seguros	70	74
Despesas de representação	57	29
Contencioso e notariado	54	26
Vigilância e segurança	6	-
Estudos e pareceres	-	68
Total	353.523	722.101

Subcontratos – Empreitadas

Os subcontratos das empreitadas representam 94% do total dos gastos com fornecimentos e serviços externos e correspondem aos encargos com as obras/projetos, no âmbito dos contratos de



empreitadas/fiscalização, relativos aos programas PRRA, IMS e Plano Emergencial - Chuvas 2020 , concluídos e em execução em 31 de dezembro de 2022, nos montantes de mESC 300.383, mESC 28.595 e mESC 4.078, respetivamente (2021: mESC 526.619, mESC 123.357 e mESC 50.381).

As faturas relativas aos contratos de empreitadas são emitidas em nome da ICV, enquanto representante dos donos das obras/projetos, o Estado de Cabo Verde (PRRA) e os Ministérios (IMS), pelo que saldo de igual montante encontra-se registado em Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 17).

Rendas e alugueres

O saldo da rubrica é referente ao aluguer do escritório.

Trabalhos especializados

O saldo da rubrica decompõe-se como segue (em mESC):

Trabalhos especializados	2022	2021
Estudos pareceres e Consultoria Jurídico	1.433	-
Estudos económicos-financeiros e de Auditoria	1.090	1.050
Projectos e serviços de Informática	1.088	680
Serviço de Empreitadas	600	186
Outros Trabalhos Especializados	-	12
Total	4.212	1.928

Honorários

O saldo da rubrica comprehende, essencialmente, os gastos com serviços de (i) contabilidade (mESC 1.104) e (ii) serviços de um engenheiro (mESC 433).

NOTA 16 – GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal, incorridos até 31 de dezembro de 2022, foram como segue (em mESC):

Gastos com o pessoal	2022	2021
Remunerações do pessoal	36.608	31.328
Remunerações dos órgãos sociais	7.694	6.738
Encargos sobre remunerações	6.796	5.516
Formação	1.945	1.548
Acréscimo	1.537	3.056
Seg. de acidentes no trab. e doenças profissionais	68	67
Outros gastos com o pessoal	12	485
Total	54.660	48.738

Número médio de colaboradores	29	29
-------------------------------	----	----



NOTA 17 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

	mESC	
	2022	2021
Outros rendimentos e ganhos		
Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades	300.383	526.619
Protocolos Infraestruturas Modernas e Seguras	28.595	123.357
Protocolos Plano Acção Emergencial Chuvas 2020	4.078	50.381
Total subcontratos (ver Nota 14)	333.056	700.357
Compensação de depreciações de ativos fixos tangíveis doados (ver Notas 1.1, 3 e 8)	796	807
Total	333.852	701.164

NOTA 18 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

O saldo de mESC 7.881 compreende mESC 6.706 de depreciação do exercício de ativos fixos tangíveis (ver Nota 3) e mESC 1.175 de amortizações de ativos intangíveis (ver Nota 4).

NOTA 19 – RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO

O resultado por ação básico é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número de ações como segue:

Resultado por Ação	2022	2021
Resultado atribuível aos acionistas (mESC)	(9.811)	(13.799)
Número médio ponderado de ações	105.233	94.000
Resultado por ação (CVE)	(93)	(147)

Em 2022, o número médio ponderado de ações foi calculado tendo em conta o aumento de capital em 22 de setembro de 2022 em mESC 41.000.

NOTA 20 – PARTES RELACIONADAS

- (i) Os principais saldos e transações ocorridos em 2022 e 2021 entre a Empresa e partes relacionadas summarizam-se como segue (em mESC):

Entidades	Balanço			Demonstração dos resultados	
	Clientes (ver Nota 5)	Outras Contas a Receber (ver Nota 7)	Outras Contas a Pagar (ver Nota 13)	Prestação de Serviços (ver Nota 14)	Outros Rendimentos e Ganhos (ver Nota 17)
Estado de Cabo Verde - PRRA	-	64.340	-	10.904	300.383
A.C.E. PRRA_O	138	9.842	-	1.410	-
A.C.E. PRRA_SB	-	-	14.312	-	-
Agencia Reguladora de Aquisição Pública	-	-	-	-	-
Câmara Municipal de São Vicente	-	4.000	-	-	-
Chefia do Governo	-	-	23.880	-	-
Correios de Cabo Verde, SARL	1.342	-	-	1.842	-
Direção Geral do Património e Contratação Pública	663	-	70.219	2.654	4.839
Direção Nacional de Receita do Estado	1.211	-	2.951	2.619	-
Estradas de Cabo Verde	-	-	61.844	-	-
Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo	11.063	820.421	117.334	17.761	-
Hospital Agostinho Neto	-	-	-	-	-
Instituto de Emprego Formação Profissional	32	-	-	245	-
Instituto do Desporto e da Juventude	2.756	-	-	2.397	-
Instituto Nacional de Gestão do Território	175	-	21.814	152	-
Instituto Nacional de Previdência Social	9	-	-	1.370	-
Ministério da Cultura e Indústria Criativa	3.517	-	106	2.658	-
Ministério da Educação	6.455	-	129.081	6.263	-
Ministério da Justiça e Trabalho	303	-	71.453	1.104	23.208
Ministério da Saúde e da Segurança Social	26.121	-	24.733	6.666	198
Ministério das Infraestruturas, do O.T.H	10.461	-	85.087	13.283	4.173
Ministério de Administração Interna	571	-	3.090	1.179	255
Presidência da Republica	550	-	-	479	-
Projeto CVE/088	-	-	13.259	832	-
Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado	1.282	-	-	1.215	-
Unidade de Gestão de Projetos Especiais	761	-	-	662	-
WASCAL	75	-	-	251	-
Total	67.484	898.603	639.164	75.946	333.056

Entidades	Balanço			Demonstração dos resultados	
	Clientes (ver Nota 5)	Outras Contas a Receber (ver Nota 7)	Outras Contas a Pagar (ver Nota 13)	Prestação de Serviços (ver Nota 14)	Outros Rendimentos e Ganhos (ver Nota 17)
Estado de Cabo Verde - PRRA	-	138.388	-	7.353	526.619
Ministério da Saude e da Segurança Social	22.435	-	4.631	16.078	1.830
Ministério das Infra-Estruturas, do O.T.H	10.003	-	144.446	7.289	67.371
Ministério da Justiça e Trabalho	445	-	100.960	4.198	41.084
Ministério da Cultura e Indústria Criativa	460	-	106	579	-
Instituto Nacional de Gestão do Território	-	-	17.002	-	13
Ministério da Educação	8.353	-	629	7.263	-
Ministério de Administração Interna	720	-	3.345	2.269	24.177
Direção Geral do Património e Contratação Pública	563	-	86.462	2.626	39.264
ARAP	-	-	0	-	-
Fundo de Turismo	1.028	414.480	39.747	8.496	-
DNRE- Direção Nacinal de Receita do Estado	673	-	13.363	696	-
Estradas de Cabo Verde	-	-	89.956	-	-
Correios de Cabo Verde, SARL	294	-	-	626	-
Hospital Agostinho Neto	-	-	-	93	-
IEFP - Instituto de Emprego Formação Profissional	-	-	-	283	-
Total	44.975	552.869	500.646	57.849	700.357

- (ii) Não existem transações com os Administradores.
- (iii) As remunerações auferidas pela Administração ascendem a mESC 8.055 (2021: mESC 6.660).

NOTA 21 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DE ACRÉSCIMO

Ver Notas 7, 8 e 13.

NOTA 22 – RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Não são conhecidas outras responsabilidades e contingências além das referidas nas Notas anteriores.

NOTA 23 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais e auditores decompõe-se como se segue (em mESC):

	2022	2021
Administradores	9.554	7.865
- Ordenados	8.055	6.660
- Previdência Social	1.221	1.014
- SOAT	6	5
- Comunicação*	93	84
- Combustível*	179	102
Fiscal único	360	360
Auditores	1.090	1.050
Total	11.004	9.275

*ao abrigo do artigo 4º do Decreto-Lei nº25/2017 que regula atribuição de subsídios e gratificações remuneratórias a serem praticadas nas empresas do SEE, reconhecidas na rubrica FSE.

NOTA 24 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

A data de fecho do presente Relatório e Contas não se registam eventos que terão reflexos na posição financeira consolidada, que sejam dignos de reportar.

Praia, 14 de abril de 2023

O Conselho de Administração,


Presidente
Carlos Filipe Correia e Silva


Administradora Executiva
Ana Paula Andrade Rodrigues


Administrador Executivo
Luís Samir da Conceição Moreira


O Técnico Oficial de Contas
Liver Canuto


A Diretora de Gestão de Recursos
Edna Sequeira



(+238) 333 67 32

info@infraestruturas.cv

www.infraestruturas.cv

Prédio Avenida, 2º ANDAR, Av. Cidade Lisboa, Várzea - Praia, Santiago, Cabo Verde

